



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Uma nova Codemge

Em 2022, o ambiente econômico mineiro passou a contar com a nova atuação da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), sempre alinhada ao ecossistema de desenvolvimento do Estado. O reposicionamento estratégico da Empresa veio para estimular a economia e atrair investimentos, além de articular parcerias do poder público com a iniciativa privada, fomentar a infraestrutura econômica e social e consolidar a autossustentabilidade financeira da organização.

Todas as ações da Codemge permaneceram em sintonia com o Programa de Governo do Estado, voltado à simplificação e à eficiência dos processos públicos. Por meio da nova proposta de gestão e do novo arranjo de ativos, a Companhia vem se consolidando como agente prospector e articulador da inovação em Minas – um braço avançado do Estado para agilizar e diversificar oportunidades de negócio, uma Empresa de soluções, que carrega o desenvolvimento no nome e na essência, em prol da geração de emprego e renda.

### Desenvolve Minas

O projeto Desenvolve Minas liga as esferas pública e privada, fazendo da Codemge uma facilitadora e promotora da atração de investimentos. Por meio dele, a Companhia valoriza sua expertise e seu capital humano em favor do crescimento de Minas Gerais.

O Desenvolve Minas veio para reposicionar a Empresa no desenvolvimento econômico do Estado, tornando-a independente dos recursos do nióbio e economicamente sustentável. É novo horizonte para a Companhia.

### Concessões e PPPs

A Codemge se qualifica como estruturadora de projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs) no Estado, tornando-se referência no fornecimento de boas propostas ao mercado. Com sua equipe cada vez mais capacitada, a Empresa está habilitada para escalar, na esfera governamental, a estruturação de modelagens de concessão e parcerias com o setor privado. O objetivo é sempre trazer benefícios à população mineira.

A assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), em maio/2022, foi um passo importante no reposicionamento, no contexto do Desenvolve Minas, direcionando os conhecimentos acumulados da Companhia para uma atuação assertiva em projetos de alto impacto para Minas Gerais. Iniciativas nas áreas de saneamento, saúde e educação, entre outras, comporão em breve a carteira de projetos de concessão e PPP, junto com a Administração Pública direta.

### Gestão de Portfólio

Na perspectiva do reposicionamento, outro pilar importante é o Programa de Gestão de Portfólio. Para promover uma gestão responsável, foi vital a revisão da carteira de ativos da Empresa. A ação, em curso, inclui, por exemplo, fundos de investimentos em participações, projetos de P&D, participações acionárias diretas, ativos imobiliários e direitos minerários. Em setembro/2022, por exemplo, a Codemge concluiu a venda de ações da Companhia Brasileira de Lítio (CBL).

### Mudanças internas

Para dar dinamismo aos processos e refletir o reposicionamento, a Codemge promoveu ainda profundos movimentos internos. Exemplo disso ocorreu em setembro/2022, com a transferência da sede da Empresa para a Cidade Administrativa. A mudança aproximou a Companhia do centro de tomada de decisão governamental, acelerando processos e possibilitando mais integração junto ao Governo estadual.

Em governança corporativa, a Codemge consolidou-se no padrão estabelecido pelo Índice de Governança IG-Sest, instrumento de avaliação contínua das estatais federais, o qual verifica o cumprimento de dispositivos legais, infralegais e de boas práticas.

### Grupo Codemge e o Nióbio

A Codemge é uma empresa estatal, integrante da Administração Pública indireta de Minas Gerais, organizada sob a forma de sociedade por ações, tendo o Estado como principal acionista. É resultado do processo de reorganização societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), carregando, assim, seu objeto social e desempenhando o papel de desenvolvimento no Estado. Dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, a Codemge tem o controle acionário da Codemig. A estrutura da Codemge e de sua participação na Codemig corresponde ao Grupo Econômico da Codemge ("Grupo").

Após o processo de cisão, foram realizadas outras transações de reorganização societária que definiram a Codemge como acionista majoritária da Codemig (51%), usufruindo da participação desta na Sociedade em Conta de Participação (SCP) estabelecida com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), para exploração do nióbio.

Atualmente, a Codemig tem como único negócio a exploração do nióbio, por meio da SCP. Em 2022, a Codemig teve resultados significativos derivados da sua participação na SCP, mas inferiores aos do exercício anterior, em função da redução no volume vendido, causado por variáveis externas.

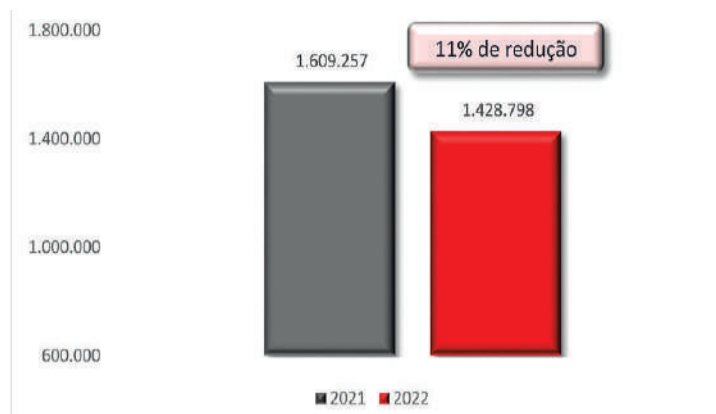
A seguir, apresentam-se dados consolidados da evolução econômico-financeira do Grupo Codemge.

### EVOLUÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Em volume de desembolsos, o Grupo distribuiu em dividendos e juros sobre capital próprio a seus acionistas, ao todo, **RS1,1 bilhão**. Todos os saldos comparativos apresentados neste relatório estão alterados pela descontinuidade das operações do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro (Terqip). Vide nota 2.6.

### RECEITA LÍQUIDA

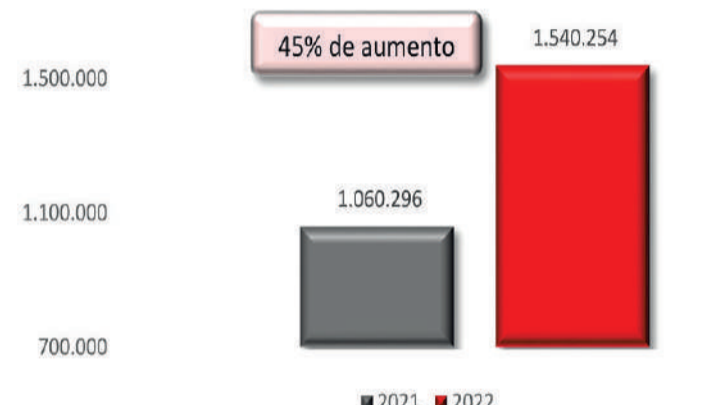
O Grupo atingiu em 2022 a receita líquida de **RS1,4 bilhão**, substancialmente devido aos lucros recebidos da Sociedade em Conta de Participação mantida com a CBMM.



A receita líquida auferida em 2022 pelo Grupo foi 11% menor do que a de 2021 — em números absolutos, foram registrados R\$180 milhões a menos que em 2021. A redução da receita deve-se, principalmente, ao impacto negativo no resultado da SCP, derivado da redução em 12% no volume das vendas, em função de variáveis externas, como o conflito entre Rússia e Ucrânia e política zero covid na China.

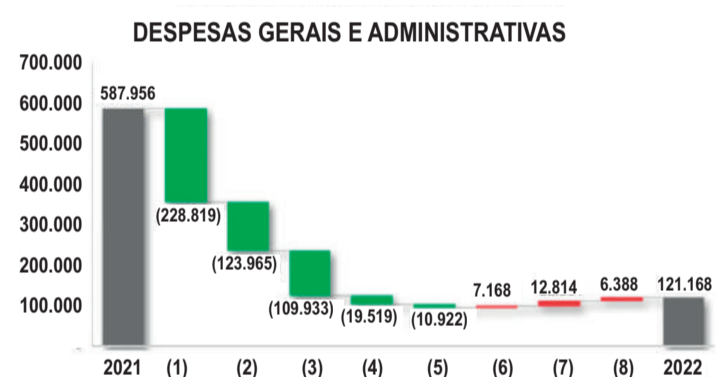
Como imposto de renda da SCP devido à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, ao fim do exercício de 2022, foram registrados R\$589 milhões, os quais foram repassados em janeiro de 2023. O total da participação da Codemig no imposto de renda e na contribuição social da SCP nos resultados de 2022, considerando o valor pago em janeiro de 2023 e o montante de imposto antecipado durante o exercício, alcançou R\$699 milhões no ano.

### LUCRO LÍQUIDO



Apesar da redução do resultado da SCP, em 2022, a Codemge aumentou em 45% seu resultado positivo de 2021, atingindo lucro líquido de **RS1,5 bilhão**. O aumento do lucro de R\$480 milhões foi causado diretamente pela redução das despesas gerais e administrativas em R\$467 milhões, ocasionada por diversos fatores não recorrentes.

### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

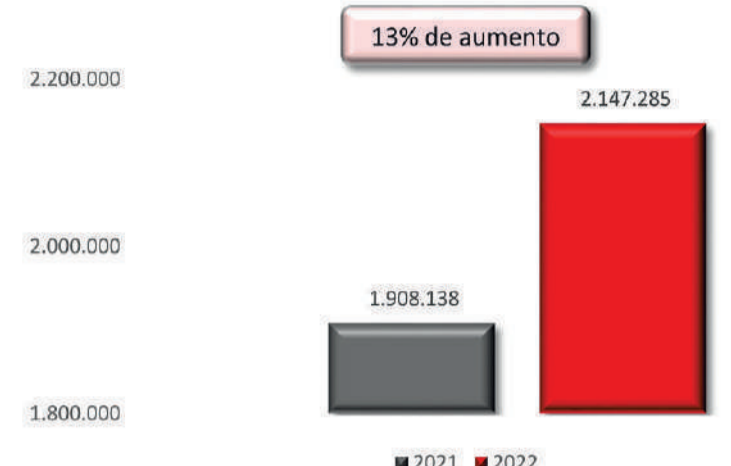


A redução das despesas gerais e administrativas em 79%, R\$467 milhões em números absolutos,

deu-se substancialmente devido a fatos isolados, não correlacionados, não recorrentes e de valor relevante, quais sejam:

- (1) Em 2021, provisão para adequação de valor recuperável do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, em Belo Horizonte;
- (2) Em 2021, provisão para adequação de valor recuperável do terreno no bairro Olhos D'Água, em Belo Horizonte;
- (3) Em 2021, provisão para adequação de valor recuperável do Expominas São João del-Rei. Em 2022, foi feita reversão de grande parte dessa provisão e paga uma indenização ao município;
- (4) Provisão em 2021 para adequação de valor recuperável do projeto MGrafeno;
- (5) Reversão em 2022 de provisão para adequação de valor recuperável em função da baixa de parte do terreno de Bonsucesso, em Belo Horizonte;
- (6) Revisão em 2021 de provisão de contingências tributárias de exercícios anteriores e registro de contingência com o município de Ponte Nova;
- (7) Em 2022, perda em relação ao arrendamento do Expominas Belo Horizonte, conforme Reequilíbrio Econômico do contrato;
- (8) Outros aumentos nas despesas gerais e administrativas pulverizados.

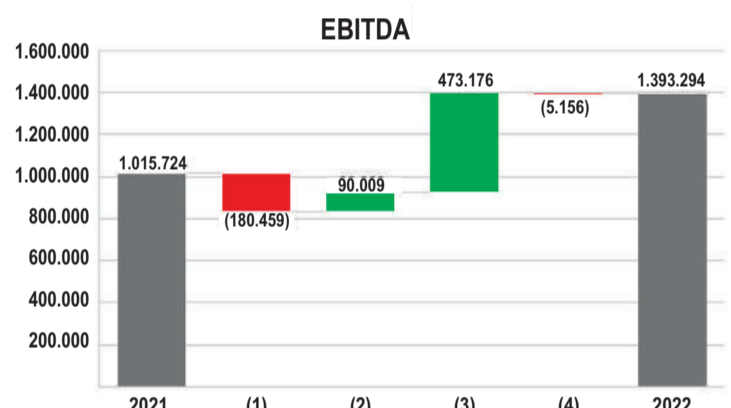
### PATRIMÔNIO LÍQUIDO



O **patrimônio líquido** do Grupo aumentou em R\$239 milhões. O Grupo apurou um resultado abrangente — lucro do exercício acrescido de outros resultados abrangentes — de R\$1,6 bilhão. Como dividendos e juros sobre capital próprio do exercício, o Grupo destinou R\$1,2 bilhão líquido ao Estado de Minas Gerais (seu principal acionista) sendo R\$257 milhões do lucro individual da Codemge e R\$703 milhões do lucro da Codemig, além de R\$200 milhões de dividendos, tendo como contrapartida das reservas de lucros da Codemge.

### EBITDA

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.540.254	1.060.296
(+) IR/CSLL sobre o lucro do exercício	18.322	-
(-) Resultado financeiro positivo	(181.295)	(60.142)
(+) Depreciação e amortização	16.013	15.570
Ebitda - conforme ICMV 527	<b>1.393.294</b>	<b>1.015.724</b>



A variação positiva de 37% do Ebitda do Grupo, R\$378 milhões, decorre substancialmente de: (1) Redução da receita líquida do exercício de 2022, comparativamente a 2021; (2) Ganho com a venda do investimento na CBL; (3) Redução das despesas gerais e administrativas em função de eventos não recorrentes, registrados em ambos os exercícios; (4) Impacto líquido de outras alterações no resultado.

Outras informações gerenciais sobre o andamento do Grupo durante o exercício de 2022 poderão ser verificadas na publicação anual do Relatório de Gestão da Codemge 2022, o qual será divulgado na página eletrônica da empresa (<http://www.codemge.com.br/a-codemge/relatório-de-gestão/>).

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	163.580	92.048	521.266	589.153	Contas a pagar	16	1.635	8.413	608.998	691.617
Títulos e valores mobiliários	6	355.105	167.162	1.266.373	665.418	Tributos a recolher	17	6.201	5.565	10.457	6.746
Contas a receber	7	49.337	30.862	261.626	172.670	Salários e encargos sociais	18	11.653	12.915	11.653	12.915
Dividendos e JCP a receber	8	121.141	39.836	641	10.860	Adiantamentos e cauções recebidas	19	774	2.837	19.981	33.779
Tributos a recuperar	9	9.803	6.031	15.575	9.866	Partes relacionadas	12	-	31.644	-	-
Partes relacionadas	12	340	662	-	-	Dividendos a pagar	12	-	-	116.470	30.727
Outros ativos circulantes		<b>356</b>	<b>1.036</b>	<b>356</b>	<b>1.036</b>	Outras contas a pagar		<b>2.834</b>	<b>2.837</b>	<b>2.834</b>	<b>2.837</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>699.662</b>	<b>337.637</b>	<b>2.065.837</b>	<b>1.449.003</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>23.097</b>	<b>64.211</b>	<b>770.393</b>	<b>778.621</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Contas a pagar	16	-	-	39.713	57.711
Títulos e valores mobiliários	6	60.389	22.510	491.954	196.015	Tributos a recolher	17	15.134	4.496	15.134	4.496
Contas a receber	7	5.266	6.979	5.266	6.979	Adiantamentos e cauções recebidas	19	-	-	603.396	137.902
Tributos a recuperar	9	16.568	15.319	17.885	24.310	Provisão para contingências	20	13.008	13.574	55.805	53.154
Depósitos judiciais	10	15.523	15.422	15.523	15.422	Partes relacionadas	12	24.759	12.385	-	-
Estoque de imóveis a comercializar	11	19.230	27.348	19.230	27.348	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>52.901</b>	<b>30.455</b>	<b>714.048</b>	<b>253.263</b>
Instrumentos financeiros patrimoniais	13.1	<b>218.560</b>	<b>339.595</b>	<b>218.560</b>	<b>339.595</b>	<b>Total passivo</b>		<b>75.998</b>	<b>94.666</b>	<b>1.484.441</b>	<b>1.031.884</b>
		<b>335.536</b>	<b>427.173</b>	<b>768.418</b>	<b>609.669</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	21				
Investimentos	13.2	436.404	514.653	112.752	207.143	Capital social		574.396	751.091	574.396	751.091
Imobilizado	14	418.523	405.621	662.759	652.175	Reserva de capital		580.943	580.943	580.943	580.943
Intangível	15	21.942	22.013	21.960	22.032	Ajustes de avaliação patrimonial		48.457	12.953	48.457	12.953
		<b>876.869</b>	<b>942.287</b>	<b>797.471</b>	<b>881.350</b>	Reservas de lucro		<b>632.273</b>	<b>267.444</b>	<b>632.273</b>	<b>267.444</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.212.405</b>	<b>1.369.460</b>	<b>1.565.889</b>	<b>1.491.019</b>	<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>1.836.069</b>	<b>1.612.431</b>	<b>1.836.069</b>	<b>1.612.431</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.912.067</b>	<b>1.707.097</b>	<b>3.631.726</b>	<b>2.940.022</b>	Participação dos não controladores		-	-	<b>311.216</b>	<b>295.707</b>
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.836.069</b>	<b>1.612.431</b>	<b>2.147.285</b>	<b>1.908.138</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.912.067</b>	<b>1.707.097</b>	<b>3.631.726</b>	<b>2.940.022</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
				Reserva legal	Reserva de lucros				
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	751.091	580.943	34.167	62.996	181.385	-	1.610.582	295.894	1.906.476
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	445.043	445.043	615.253	1.060.296
<b>Outros resultados abrangentes</b>									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	(21.214)	-	-	-	(21.214)	-	(21.214)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	(21.214)	-	-	445.043	423.829	615.253	1.039.082
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	172.883	(172.883)	-	-	-
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(149.820)	(272.160)	(421.980)	(605.640)	(1.027.620)
Constituição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(9.800)	(9.800)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	751.091	580.943	12.953	62.996	204.448	-	1.612.431	295.707	1.908.138
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	821.923	821.923	718.331	1.540.254
<b>Outros resultados abrangentes</b>									
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e instrumentos patrimoniais	-	-	35.504	-	-	-	35.504	-	35.504
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	-	-	35.504	-	-	821.923	857.427	718.331	1.575.758
Outras mutações no patrimônio líquido									
Redução de capital	(176.695)	-	-	-	-	(176.695)	-	(176.695)	-
Constituição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)	(18.620)	(58.620)
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(199.883)	(217.211)	(417.094)	(684.202)	(1.101.296)
Constituição de reservas	-	-	-	-	564.712	(564.712)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	574.396	580.943	48.457	62.996	569.277	-	1.836.069	311.216	2.147.285

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

#### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Operações continuadas</b>					
Receita líquida	22	66.068	44.241	1.428.798	1.609.257
Custo dos imóveis vendidos	22				



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais, exceto o resultado abrangente por ação

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>														
<b>Lucro líquido do exercício</b>	821.923	445.043	1.540.254	1.060.296		691.235	736.298	53.163	21.180					
<b>Ajuste de:</b>														
Depreciação e amortização	10.785	10.601	16.412	16.619										
(Reversão perda) / perda por redução ao valor recuperável de ativos	(32.456)	101.706	(35.764)	450.900										
Provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	1.150	163	2.252	2.310										
(Reversão) / Provisão para litígios	(1.690)	1.646	(1.690)	1.327										
Liquidação de instrumentos financeiros disponíveis para venda	7.368	587	7.368	587										
Receitas financeiras	(34.383)	(19.773)	(135.469)	(46.645)										
Despesas financeiras	1.262	2.494	4.300	6.656										
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	19.145	14.722	19.145	14.722										
Resultado com participações societárias	(775.465)	(636.530)	(26.819)	1.553										
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados	(7.233)	-	(7.233)	-										
Variações em provisões, benefícios e incentivos	-	-	808	(9.079)										
<b>Ajustes de ativos e passivos operacionais:</b>														
Aumento títulos e valores mobiliários para negociação imediata	(87.001)	(125.294)	(415.635)	(253.933)										
Aumento no contas a receber	(17.912)	(18.056)	(89.495)	(42.901)										
Redução dos impostos e contribuições a recuperar	3.698	3.537	12.983	3.293										
Redução de estoque de imóveis	15.914	2.242	15.914	2.242										
Aumento de depósitos judiciais	(101)	(65)	(101)	(41)										
Aumento de ativos líquidos com partes relacionadas	(18.948)	(18.330)	-	-										
Redução / (aumento) de outros ativos	680	(502)	680	(502)										
(Redução) / aumento no contas a pagar	(6.780)	6.379	(100.619)	210.171										
Aumento dos tributos a recolher	636	1.864	3.711	2.960										
Redução de provisão para litígios	(45)	(33)	(45)	(33)										
Redução de salários e encargos sociais	(1.262)	(1.531)	(1.262)	(1.531)										
(Redução) / aumento de adiantamentos de clientes	(2.156)	(514)	451.603	(13.745)										
(Redução) / aumento de outras contas a pagar	(3)	15	(3)	15										
Juros sobre capital próprio recebidos	-	5.824	-	1.241										
	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.													
	<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>													
	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma													

**1. Contexto operacional**

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Estado” ou “Estado de Minas”), resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig e possui participação minoritária em diversas empresas (vide rol completo na nota 2.3(c)).

O Estado de Minas Gerais é também acionista direto na Codemig, com 49% de participação, de modo que não há acionistas minoritários na consolidação do Grupo. Sendo assim, onde se lê “Participação dos não controladores”, entenda que se refere a participação do Estado na Codemig e não a outros minoritários.

**(a) Cisão da Codemig e criação da Codemge**

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autorizou o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, sendo transformado na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determinou, ainda, que o Estado mantenha seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

A partir desse interesse, com fins de obter um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “Initial Public Offer”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando então foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Codemig.

Desde a cisão, a Codemig tem como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (nota 1 (c)) e atividades vinculadas à Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir lucros através de dividendos intercalares mensais. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (“MPMG”) e administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”) junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”). Em outubro de 2022, a ação judicial sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. A Administração do Grupo continua acompanhando os procedimentos no âmbito do TCE.

**(b) Objeto social**

A Codemge tem por objeto social: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada a atuar de forma a: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República, da Lei nº 13.303/2016, da Lei Estadual nº 14.892/2003 e da Lei Estadual nº 19.965/2011; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária, desde que não se configure qualquer das hipóteses previstas no art. 14, §15, da Constituição do Estado de Minas Gerais; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento; incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, como petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente, no País ou no exterior; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação de empresas, bem como contratar estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação social e ambiental; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerosiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar parceria público-privada, na forma da legislação pertinente; (xiii) proteger e preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais, em conformidade com os convênios firmados em cada caso; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros no mercado interno ou internacional; (xviii) conceber e executar modelagem de projetos de concessão e privatização.

Embora a Codemig mantenha em seu objeto social o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, de acordo com a lei estadual 23.477/19, a Codemge possui prioridade na execução das atividades desenvolvidas elencadas acima, exceto por autorização legislativa e aprovação unânime dos acionistas da Codemig.

**(c) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM**

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerais detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica. A Codemig, como “sócio participante”, reconhece 25% do resultado da SCP por equivalência patrimonial. Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber. Conforme definido em Escritura Pública, após a apuração do resultado contábil da SCP são feitos ajustes para determinação do montante que será recebido mensalmente pela Codemig como a distribuição de sua participação no resultado. Os ajustes realizados que impactarem a distribuição mensal dos resultados à Codemig são registrados como ativos ou passivos do Grupo contra a CBMM, conforme sua natureza.

Um relevante efeito patrimonial decorre da determinação de que a SCP distribua seus resultados sem considerar o impacto de imposto de renda e contribuição social registrados conforme a sua competência, mas sim conforme seu impacto de caixa (anticipações mensais). Dessa maneira, a Codemig usualmente recebe da SCP mais recurso do que seu resultado contábil apurado. Conforme a Escritura Pública, a Codemig deverá devolver a parcela adicional recebida decorrente desses efeitos de tributação no momento em que a SCP é requerida a pagar os tributos sobre o lucro apurados no ajuste anual pelo lucro real (atualmente em janeiro do exercício subsequente à apuração). O saldo em aberto pode ser acompanhado na nota 16. Como efeito da devolução de recursos recebidos da SCP que acima do seu resultado por competência - decorrentes do imposto de renda e contribuição social da SCP não antecipados - a Codemig resgatou diversas aplicações para liquidar esse saldo de contas a pagar em aberto com a CBMM. Em janeiro de 2023 foram devolvidos à CBMM R\$588.719 para quitação do IR/CS da SCP de 2022 (R\$651.810 em janeiro 2022), consequentemente reduzindo seu caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez. A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerais e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e previa inicialmente prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis por outros 30. Em 2003 as partes celebraram termo de acordo para prorrogação contratual pelo período de 30 anos até o ano de 2032.

**(d) Projeto de lei de privatização da Codemig**

Em outubro de 2019, foi enviado pelo Governo de Minas Gerais o PL 1.203/19 que autoriza a desestatização da Companhia pelas modalidades de privatização, delegação, desinvestimentos ou parcerias. Tal projeto também autoriza o Estado a aplicar os recursos advindos da alienação do pagamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais. A Administração da Companhia está acompanhando as movimentações que tramitam na ALMG do Projeto de Lei 1.203/19. O envolvimento da Companhia no andamento do mesmo é de esclarecimento de dúvidas que porventura o legislativo venha a apresentar.

**(e) Política Estadual de Desestatização – PED**

Foi publicado, no dia 27 de novembro de 2019, pelo Governo de Minas Gerais o Decreto nº 47.766, que institui a Política Estadual de Desestatização (PED). O objetivo principal é concentrar a atuação do Estado em atividades de relevante interesse coletivo, buscando a reestruturação do setor público e o equilíbrio fiscal. Ou seja, transferindo atividades antes controladas direta ou indiretamente pelo Estado para a iniciativa privada.

O decreto estabelece como objeto de desestatização, além de outros, empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, como é o caso da Codemge e da Codemig. Cita também as modalidades de desestatização, sendo elas: privatização, desinvestimento, desmobilização de ativos e delegação.

De acordo com o decreto, as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado, incluídas na PED, terão sua estratégia voltada para atender aos objetivos da desestatização. Desse modo, o Grupo empenha-se em organizar as operações da Codemge e Codemig em atendimento ao PED.

O reposicionamento estratégico da Companhia, com intuito de reavaliação da sua carteira de ativos, está sendo questionado administrativamente pelo Ministério Público de Contas (“MPC”), junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”). Em outubro de 2022, foi determinada pelo TCE-MG a abstenção de atos visando a continuidade deste Programa de Gestão de Portfólio. Contra a referida decisão houve interposição de recurso pela Companhia e pelo Estado de Minas Gerais. Houve revisão parcial da medida cautelar com liberação dos ativos de participação acionária na IAS e na Helibrás e para Concessão de uso do Parque das Águas de Caxambu. Os processos aguardam apreciação e julgamento pelo TCE-MG. Como o Estado de Minas Gerais (“EMG”) também foi acionado administrativamente, a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE-MG”).

O mesmo tema é objeto de investigação em outro processo administrativo junto ao Ministério Público Estadual (“MPMG”) que, em novembro de 2022, contou com promoção de arquivamento sob o entendimento de inexistência de antijuridicidade no referido Programa de Gestão de Portfólio e respectiva homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público Estadual. Houve interposição de recurso pelo Ministério Público de Contas contra o arquivamento do inquérito e apresentação de impugnação ao recurso por parte da Companhia. Aguarda apreciação pelo Ministério Público Estadual.

A Administração da Companhia monitora de perto o andamento dos processos.

**(f) Reposicionamento estratégico**

Atualmente, a Companhia trabalha para viabilizar seu reposicionamento estratégico, com o intuito de se tornar vetor de soluções para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, integradas com o setor público e com o mercado. Nesse cenário, o Programa de Gestão de Portfólio que está em curso reavalia a carteira de ativos da Codemge, visando maior eficiência, economicidade e retorno para Minas Gerais. O intuito do Programa é reposicionar a Codemge no desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, com um novo arranjo de ativos, tomando-a independente dos recursos do nióbio e economicamente sustentável.

Está em curso, por exemplo, parceria com a International Finance Corporation (IFC) para estruturar o projeto de concessão de saneamento no Vale do Jequitinhonha, possível a partir de mudanças no Estatuto Social da Companhia que abriram a possibilidade de atuação em projetos dessa natureza.

**(g) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela Administração do Grupo em 17 de abril de 2023.

**2. Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações financeiras compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.6.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas 2.7 e 2.8.

A Administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

**2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 “Ativo Imobilizado”:** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício;
- Alteração ao IAS 37/CPC 25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele;
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”:** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018;
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:**

(i) IFRS 9/CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16/CPC 06 - “Arrendamentos” - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) IFRS 1/CPC 37 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IFRS 41/CPC 29 - “Ativos Biológicos” - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não geraram impactos materiais para o Grupo.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

**Alteração ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

**Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.





Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (j) Benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela Fundação Libertas de Seguridade Social – LIBERTAS, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 1º de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 1º de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pela Codemig (patrocinadora).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. O valor que o Grupo contribuiu para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.515 (R\$2.590 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

### (k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- identificação do contrato com o cliente;
- identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço da transação; e por fim,
- reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

### Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado pela CBMM, sócia ostensiva da SCP, o que ocorre usualmente em bases mensais. O contrato que constitui a SCP ainda determina que o pagamento dos tributos sobre o lucro ocorra apenas no momento da sua exigibilidade, que é pago em sua substancialidade pela CBMM em janeiro do exercício seguinte à sua apuração. A fim de fazer a representação fidedigna do resultado da SCP os tributos sobre o lucro da SCP são reconhecidos no momento em que incorrem, e reduzem o valor da receita bruta da SCP. Para conciliação da receita da SCP e seus tributos incidentes na SCP, vide nota 22.

### Receita de arrendamentos

A receita é reconhecida por competência, conforme contratos firmados entre o Grupo e os arrendatários, sendo que para alguns, o valor do arrendamento é fixo, enquanto para outros, é definido um percentual do faturamento do arrendatário. Os contratos em sua maioria são de periodicidade mensal.

### Receita com vendas, serviços e locações

A receita é reconhecida conforme são realizadas as vendas ou prestados os serviços. A maior parte dessas receitas provém de contratos de vendas de distritos industriais, para maiores detalhes vide nota 11.

### Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

### (l) Tributos sobre a renda

#### (I) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### (II) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributo diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que existem riscos relevantes de não materialização de um cenário de reversão da situação fiscal no curto prazo, de maneira que a Administração não acredita que esse cenário se concretize. Por consequência, o ativo gerado de tal benefício fiscal não se encontra apresentado em suas demonstrações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota dos tributos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

### (m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

### (n) Arredondamentos de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

### 2.8 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

#### (a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e especialistas do Grupo, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

#### (b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na nota 2.6 (h). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 31 de dezembro de 2022, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$19.207 (R\$19.207 em 31 de dezembro de 2021). Vide nota 15.

#### (c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos especialistas internos e externos.

#### (d) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

##### (i) Investimentos

A metodologia utilizada para o teste de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. O teste consiste na análise de expectativa de retorno do investimento através da geração de caixa, avaliando os resultados apurados da investida e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela Administração da investida.

Foram consideradas como premissas-chaves as projeções fornecidas pelas investidas considerando o mercado de atuação de cada investida, bem como expectativas de crescimento de receita. Importante reforçar que as premissas utilizadas foram consideradas aderentes à realidade de cada negócio. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas da própria investida. Para cálculo do fluxo de caixa descontado foi calculado um WACC (taxa de desconto do fluxo de caixa) para cada investida. Como parte do WACC foi utilizada a metodologia de CAPM para cálculo do custo de capital próprio. Importante reforçar que possíveis impactos da pandemia COVID-19 e variações cambiais foram consideradas nas premissas. Vide nota 13.2.

##### (ii) Ativos imobilizados

O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados está em consonância com a nota 2.6 (f).

Os testes de valor recuperável dos ativos foram realizados por empresas especializadas considerando os métodos de comparação direta ou método evolutivo para determinação do valor justo líquido de despesa de venda, estando em linha com as normas aceitas. Para aqueles ativos que foram realizados testes no exercício anterior e para os quais não existem indicações de possíveis desvalorizações no exercício corrente, não foram realizados novos testes.

### 2.9 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

#### (a) Tributos diferidos

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

Em 31 de dezembro de 2022, após apurar novo prejuízo fiscal, a Companhia conta com um prejuízo fiscal acumulado de R\$ 585.410 (R\$ 564.062 em 31 de dezembro de 2021) e base negativa acumulada de R\$ 585.410 (R\$ 564.062 em 31 de dezembro de 2021). O Grupo apresenta saldo de prejuízo fiscal acumulado de R\$ 1.195.529 (R\$ 1.197.306 em 31 de dezembro de 2021) e saldo consolidado de base negativa acumulada de R\$1.201.996 (R\$ 1.203.774 em 31 de dezembro de 2021). Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% do prejuízo fiscal e da base negativa acumulados na data do reconhecimento, limitado a 30% dos lucros fiscais esperados, conforme regra do benefício fiscal vigente.

Dessa maneira, a Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos.

A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é decorrente de sua participação societária na Codemig, que consequentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia. Analisando as despesas apuradas pela Codemig ao longo deste período, a Administração julgou não haver expectativa de lucro fiscal futuro.

#### (b) Avaliação do risco de crédito da CBMM

Baseado em relatório de especialistas de crédito, no histórico de 48 anos do contrato de SCP com a CBMM e no desempenho financeiro recente da SCP, a Administração julgou que o risco de crédito do contas a receber é irrelevante e consequentemente, embora entenda que conceitualmente o saldo de *impairment* devesse apresentar uma perda estimada nos termos do CPC 48, a perda a ser registrada é imaterial no contexto destas demonstrações financeiras.

### 3. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requer considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica seus recursos em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

Conforme descrito a seguir, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez e risco de crédito (concentração).

### (a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento:

	Controladora				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Contas a pagar	1.635	-	-	-	1.635
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	24.759	-	24.759
Adiantamentos e caução recebidos	774	-	-	-	774
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Contas a pagar	8.413	-	-	-	8.413
Contas a pagar com partes relacionadas	31.644	12.385	-	-	44.029
Adiantamentos e caução recebidos	2.837	-	-	-	2.837

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	

<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Contas a pagar	608.998	4.742	24.998	9.973	648.711
Adiantamentos e caução recebidos	19.981	93.188	471.677	38.531	623.377
Dividendos e JCP a pagar	116.470	-	-	-	116.470

<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Contas a pagar	691.617	26.776	26.469	4.466	749.328
Adiantamentos e caução recebidos	33.779	50.799	74.186	12.917	171.681
Dividendos e JCP a pagar	30.727	-	-	-	30.727

### (b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição da Codemig derivados dessa operação.

O Grupo possui aplicação financeira no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP (4,5% da carteira), realizada por meio da Corretora Órama, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto. A carteira do fundo atualmente é composta em classes seniores e mezaninos em mais de 20 FIDCs e as operações estão concentradas na sua maioria nas regiões Sul e Sudeste. Os principais segmentos de atuação são indústria, comércio e serviços. O valor alocado a esse fundo é de R\$ 104.060 em 31 de dezembro de 2022.

Com relação ao caixa e equivalentes de caixa, os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações é de liquidez diária e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, no julgamento da Administração, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

Em relação às debêntures do Biotechtown, o Grupo vem monitorando o desempenho financeiro e operacional da investida e, em 2022, foi realizada uma provisão para perdas de crédito no valor de R\$ 15.117.

### (c) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do exercício. A taxa básica de juros, em 31 de dezembro de 2022, era de 13,75% ao ano. Pela alta correlação do CDI com a taxa básica de juros, para efeitos dessa análise de sensibilidade, o mesmo foi considerado como 100% dessa taxa. Na taxa atual do IPCA, utilizamos o IPCA acumulado de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2022, de 5,79% ao ano.

O Grupo fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados para os próximos 12 meses, dos investimentos indexados ao CDI e ao IPCA, advindos de uma variação de 25% e 50% da variação esperada dos riscos pertinentes aos quais a Companhia está exposta.

	Controladora				Taxa / cotação esperada
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	
<b>Ativo</b>					
<b>Indexador CDI</b>					
Aplicações financeiras	318.404	318.404	107%	13,75%	13,40%
Letras financeiras	-	-	0%	13,75%	13,40%
Debêntures	3.402	3.402	100%	13,75%	13,40%
<b>Indexador IPCA</b>					
Aplicações financeiras	-	-	100%	5,79%	5,33%
Debêntures	5.570	5.570	176%	5,79%	5,33%

	Cenários				Taxa / cotação esperada
	Provável	+25%	+50%	-25%	
<b>CDI</b>					
Aplicações financeiras	45.841	57.301	68.762	34.381	22.921
Letras financeiras	-	-	-	-	-
Debêntures	456	570	684	342	228
<b>IPCA</b>					
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-
Debêntures	297	371	446	223	149

	Consolidado				Taxa / cotação esperada
	Saldo contábil	Nocional	Média ponderada do % dos indicadores da carteira atual	Taxa / cotação atual	
<b>Ativo</b>					
<b>Indexador CDI</b>					
Aplicações financeiras	729.111	729.111	106%	13,75%	13,40%
Letras financeiras	453.907	453.907	119%	13,75%	13,40%
Debêntures	6.032	6.032	107%	13,75%	13,40%
<b>Indexador IPCA</b>					
Aplicações financeiras	35.681	35.681	226%	5,79%	5,33%
Debêntures	14.854	14.854	161%	5,79%	5,33%

	Cenários				Taxa / cotação esperada
	Provável	+25%	+50%	-25%	
<b>CDI</b>					
Aplicações financeiras	103.761	129.701	155.642	77.821	51.881
Letras financeiras	75.498	94.373	113.247	56.624	37.749
Debêntures	868	1.085	1.302	651	434
<b>IPCA</b>					
Aplicações financeiras	1.901	2.376	2.852	1.426	951
Debêntures	792	990	1.188	594	396

### (d) Risco cambial

O Grupo não possui operações, ativos ou passivos em moeda estrangeira, e por consequência, não está exposto ao câmbio e suas oscilações. A SCP, por sua vez, possui operações em moeda estrangeira e seus impactos de câmbio impactam o Grupo eventualmente através do reconhecimento da equivalência patrimonial da SCP na Codemig. As regras de distribuição do resultado da SCP desconsideram o principal fato gerador do efeito de variação cambial, os Contratos de Adiantamento de Receitas, e seus efeitos são refletidos na distribuição do resultado apenas no momento da vinculação dos passivos em moeda estrangeira pela SCP.

### 3.1 Estimativa do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. Atualmente o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro mensurado a valor justo nessa categoria;
- informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	31 de dezembro de 2022					
	Controladora			Consolidado		
	Nível 2	Nível 3	Saldo total	Nível 2	Nível 3	Saldo total
<b>Ativo</b>						
<b>VJR</b>						
Títulos e valores mobiliários	251.080	-	251.080	938.904	-	938.904
<b>VJORA</b>						
BDMG	-	-	-	-	-	-
Bônus de subscrição DETECHTA	500	-	500	500	-	500
FIP Aerotec	158.710	-	158.710	158.710	-	158.710
FIP Seed4Science	954	-	954	954	-	954
FIP Biotec	58.396	-	58.396	58.396	-	58.396
<b>Total do ativo</b>	469.640	-	469.640	1.157.464	-	1.157.464</



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	162.962	88.859	520.219	585.388
Títulos e valores mobiliários	164.414	44.996	819.423	385.497
Contas a receber	54.603	37.841	266.892	179.649
Contas a receber com partes relacionadas	340	662	-	-
Dividendos e JCP a receber	121.141	39.836	641	10.860
	503.460	212.194	1.607.175	1.161.394
<b>VJR</b>				
Títulos e valores mobiliários	251.080	144.676	938.904	475.936
	251.080	144.676	938.904	475.936
<b>VJORA</b>				
BDMG	-	176.693	-	176.693
Bônus de subscrição DETECHTA	500	-	500	-
FIP Aerotec	158.710	134.946	158.710	134.946
FIP Seed4Science	954	1.123	954	1.123
FIP Biotec	58.396	26.833	58.396	26.833
	218.560	339.595	218.560	339.595
Total de instrumentos financeiros ativos	973.100	696.465	2.764.639	1.976.925
<b>Passivos</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a pagar	1.635	8.413	648.711	749.328
Contas a pagar com partes relacionadas	24.759	44.029	-	-
Adiantamentos e cauções recebidas	774	2.837	623.377	171.681
Dividendos a pagar	-	-	116.470	30.727
	27.168	55.279	1.388.558	951.736

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos (conta movimento)	618	3.189	1.047	3.765
Certificados de depósitos bancários – CDB	162.962	88.859	520.219	585.388
	163.580	92.048	521.266	589.153

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou operações compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos tiveram taxa de remuneração média de 103,75% e 107,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (102,89% e 104,94% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras em CDB (i)	155.442	-	250.445	67.804
Fundos de investimento (ii)	251.080	144.676	938.904	475.936
Letras financeiras (iii)	-	10.784	548.092	253.222
Debêntures (iv)	8.972	23.505	20.886	40.385
DPGE (v)	-	10.707	-	24.086
	415.494	189.672	1.758.327	861.433
Circulante	355.105	167.162	1.266.373	665.418
Não circulante	60.389	22.510	491.954	196.015
	415.494	189.672	1.758.327	861.433

(i) Aplicações financeiras do Grupo em CDB com carência de 3 a 37 meses. A gestão de caixa do Grupo busca compatibilizar a necessidade de liquidez da empresa e oportunidades de aplicações com maiores rendimentos.

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldos aplicados em			
	2022	2021	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
CDI	106,5% a 116%	105,9% a 135%	155.442	-	208.891	67.804
Pré-fixado	12,85% a 13% a.a.	-	-	-	41.554	-
			155.442	-	250.445	67.804

(ii) Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria, sendo que 89% dos recursos aplicados em fundos possuem liquidez diária, de baixo risco, estando indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade média acumulada dos últimos 12 meses obtida pelos fundos aplicados pelo Grupo foi de 107,32% e 108,92% do CDI em 31 de dezembro de 2022, individual e consolidado, respectivamente, e para os fundos presentes na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2021 a rentabilidade foi de 115,45% e 115,38% do CDI, individual e consolidado, respectivamente. Os outros 11% (4,5% da carteira total) estão aplicados no Fundo Ouro Preto FIC FIM CP, destinado a investidores qualificados e classificado como Multimercado Livre pela ANBIMA, com uma pontuação de risco de 3,5 em uma escala máxima de 5 pontos. É um fundo de crédito privado, de baixa volatilidade e grau de risco considerado médio alto.

(iii) As letras financeiras aplicadas pelo Grupo são remuneradas da seguinte maneira:

	Intervalo de remuneração - consolidado		Saldos aplicados em			
	2022	2021	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
CDI	106% a 162%	109% a 162%	-	-	324.210	119.577
CDI +	CDI+0,60 a CDI+1,80 a.a.	CDI+0,60 a CDI+1,80 a.a.	-	10.784	129.697	62.972
Pré-fixado	5,55% a 7,92% a.a.	3,94% a 7,92% a.a.	-	-	58.503	70.673
IPCA	IPCA+7,30% a.a.	-	-	-	35.682	-
			-	10.784	548.092	253.222

(iv) A seguir a abertura das debêntures por emissor:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CEMIG	-	-	9.284	11.806
COPASA	5.571	6.039	8.201	11.113
BiotechTown	3.401	17.466	3.401	17.466
	8.972	23.505	20.886	40.385
Circulante	1.769	995	7.735	7.065
Não circulante	7.203	22.510	13.151	33.320
	8.972	23.505	20.886	40.385

As debêntures do BiotechTown, remuneradas à 100% do CDI e com vencimento em 20 anos, foram adquiridas com estratégia de capitalização junto à investida. Devido a perda com a participação societária reconhecida pelo método de equivalência patrimonial superar o saldo da participação no investimento BiotechTown, o valor excedido de R\$3.109 foi então reconhecido reduzindo o saldo a receber das debêntures sem garantia emitidas pela mesma empresa (Vide nota 13.2). Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativas a essas debêntures no valor de R\$ 15.117. O saldo em 2022 encontra-se líquido de tal perda e refere-se ao valor estimado das garantias das emissões das debêntures. As demais aplicações em debêntures visam diversificação e melhor remuneração. A Codemig possui dois tipos de debêntures da Copasa. As CSMGA2 pagam juros (IPCA+4,08% a.a.) semestralmente, sempre em janeiro e julho, e começaram a amortizar o principal em julho de 2022. As CSMGB4 pagam juros (IPCA+5,05% a.a.) semestralmente, sempre em junho e dezembro, e começaram a amortizar o principal em dezembro de 2022. Já na Codemig, as debêntures da Copasa (CSMGB3) pagam juros (117% DI) semestralmente, sempre em janeiro e julho, e começaram a amortizar o principal em janeiro de 2022. Já as debêntures da CEMIG (CMDT 33) pagam juros (IPCA+3,1% a.a.) anualmente, sempre em fevereiro, e começaram a amortizar o principal em fevereiro de 2022.

(v) A aplicação em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE da Codemig foi no valor de R\$10.000 com carência em junho de 2022 e remuneração de CDI+0,9% a.a.. Já as aplicações em DPGE da Codemig foram no montante de R\$12.000, sendo três aplicações de R\$4.000 com carência para abril de 2022 e remunerações de CDI+0,75% a.a., IPCA+3,17% a.a. e 120% do CDI. Todas as aplicações foram resgatadas em seus prazos de carência.

7. Contas a receber

O saldo de contas a receber do Grupo corresponde substancialmente a parceria da Codemig com a CBMM no negócio de nióbio. Considerando o recebimento mensal dos resultados da SCP, o saldo do contas a receber, se comparado com exercício anterior, pode apresentar oscilações sem correlação à comparação das receitas entre os períodos divulgados, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes de: arrendamentos, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro e da venda de imóveis no curso normal das atividades. Os saldos estão apresentados pelos valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Sociedade em Conta de Participação: CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	-	-	212.197	141.794
<b>Outros contas a receber:</b>				
Arrendamentos e recebíveis operacionais	53.207	32.248	56.362	35.086
Contas a receber por venda de imóveis	13.754	16.981	13.754	16.981
Demais contas	-	515	162	1.171
	66.961	49.744	282.475	195.033
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(12.358)	(11.903)	(15.583)	(15.383)
	54.603	37.841	266.892	179.649
Circulante	49.337	30.862	261.626	172.670
Não circulante	5.266	6.979	5.266	6.979
	54.603	37.841	266.892	179.649
A composição destes saldos por vencimento é como segue:				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	54.022	36.509	266.481	178.421
Vencidos:				
Em até 30 dias	199	204	199	305
Entre 30 e 60 dias	193	220	193	227
Entre 60 e 90 dias	193	56	193	334
Entre 90 e 180 dias	345	27	345	297
Há mais de 180 dias	12.009	12.728	15.064	15.448
	66.961	49.744	282.475	195.032

Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial do que está a vencer está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda. Levando em consideração as informações históricas sobre índices de inadimplência da Companhia e suas controladas para os demais valores de contas a receber, o crédito decorrente desses saldos a vencer também é de alta liquidez com baixo risco de perda.

A movimentação do saldo de perdas estimadas de contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(11.903)	(11.747)	(15.383)	(13.080)
Constituição	(12.188)	(163)	(13.821)	(2.310)
Reversão por perda definitiva	11.038	-	11.569	-
Reversão por recebimento do título	695	7	2.052	7
Saldo final	(12.358)	(11.903)	(15.583)	(15.383)

A Codemig mantém um contrato de concessão onerosa do Expominas Belo Horizonte com a Nutribom Empreendimentos Imobiliários. No exercício de 2022, em decorrência dos impactos causados pela pandemia da Covid-19, procedeu-se a negociação de um termo aditivo ao contrato para reequilíbrio econômico-financeiro com intuito de assegurar a recomposição dos termos inicialmente pactuados. Em função das condições para reequilíbrio, foram baixadas para perdas definitivas às contas a receber referentes ao exercício de 2022, uma vez que os saldos devidos em 2022 até junho de 2023 foram compensados pelas perdas decorrentes do desequilíbrio contratual durante o período da pandemia. O faturamento das receitas será retomado em junho de 2023, quando o contrato será totalmente reequilibrado e os pagamentos serão retomados em 2024, após o período de postergação negociado no mesmo Termo Aditivo. Para maiores detalhes vide nota 25.

A Codemig mantém um contrato de permissão de uso, não oneroso, com o Instituto Cultural Filarmônica, sendo que as despesas pagas pela Codemig devem ser reembolsadas pelo permissionário. No exercício de 2022 foi constituída perda estimada por créditos de liquidação duvidosa de R\$1.363 em relação ao reembolso dessas despesas, sendo que R\$1.125 foram revertidos em função do recebimento.

8. Dividendos e JCP a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dividendos a receber Codemig	118.165	27.173	-	-
Dividendos a receber Comipa	-	-	266	2.284
Juros sobre capital próprio Codemig	2.601	4.087	-	-
Juros sobre capital próprio BDMG	-	8.311	-	8.311
Juros sobre capital próprio Datora	375	265	375	265
	121.141	39.836	641	10.860

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda	25.704	20.678	32.391	33.071
Contribuição social	626	631	810	918
Outros impostos e contribuições a recuperar	41	41	259	187
	26.371	21.350	33.460	34.176
Circulante	9.803	6.031	15.575	9.866
Não circulante	16.568	15.319	17.885	24.310
	26.371	21.350	33.460	34.176

O saldo deste grupo corresponde principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras do Grupo. Pelo fato do Grupo apresentar prejuízos fiscais recorrentes, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação.

Caso as empresas do Grupo identifiquem créditos tributários em montante superior àqueles que porventura possam ser compensados, são realizados pedidos de restituição junto aos órgãos competentes.

10. Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa bem como para garantir a liquidação de obrigações futuras inerentes a outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado ou quando acordos são homologados judicialmente.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	10.105	10.105
Demais depósitos	5.418	5.317
	15.523	15.422

11. Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo na consecução de seu objetivo social e, consequentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Distritos industriais (i)	10.093	6.627
Ribeirão das Neves (ii)	8.704	23.322
Sete Lagoas	1.713	1.713
Governador Valadares	-	26
Araxá	124	124
Curvelo	616	616
	21.250	32.428
Perda por redução ao valor recuperável	(2.020)	(5.080)
	19.230	27.348

(i) Em setembro de 2022 foi realizada a transferência para Distritos Industriais do valor de R\$4.737 que estavam anteriormente contabilizados como terrenos dentro do grupo de ativo imobilizado na controladora.

(ii) Em setembro de 2022 foi realizada a doação ao Estado de Minas Gerais, da Fazenda Mato Grosso I em Ribeirão das Neves, no valor de R\$13.000, onde se encontram instaladas unidades prisionais da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança (SEJUSP).

A política de perda por redução ao valor recuperável considera a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização dos estoques, registra-se uma perda no valor contábil do ativo. Somente há reversão da perda registrada quando realizada a alienação do ativo e seja verificado algum ganho.

12. Partes relacionadas

Os saldos e as transações do Grupo e da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Grupo econômico</b>								
<b>INDI</b>								
Repasses	-	-	-	-	-	-	(9.238)	(7.905)
<b>MGS</b>								
<i>Circulante</i>								
Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(21.686)	(27.264)
<b>OUTROS</b>								
Gastos com desenvolvimento (i) (nota 24)	-	-	-	-	7.686	1.522	(5.086)	(7.504)
Parcerias	-	-	-	-	-			



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo		Passivo		Receita		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Grupo econômico</b>								
<b>INDI</b>								
Repasses	-	-	-	-	-	-	(9.238)	(7.905)
<b>MGS</b>								
<i>Circulante</i>								
Serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	(21.916)	(29.383)
<b>OUTROS</b>								
Gastos com desenvolvimento (i) (nota 24)	-	-	-	-	7.686	1.522	(5.153)	(7.665)
Parcerias	-	-	-	-	-	-	(67)	(902)
<b>CBMM</b>								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita (notas 7 e 22)	212.197	141.794	-	-	2.017.557	2.263.336	-	-
Contas a pagar (nota 16)	-	-	607.170	683.196	(657.068)	(700.416)	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 19) (ii)	-	-	19.207	30.942	-	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Contas a pagar (nota 16)	-	-	39.713	57.711	-	-	-	-
Adiantamentos recebidos (nota 19) (ii)	-	-	603.396	137.902	-	-	-	-
<b>Coligadas</b>								
<b>COMIPA</b>								
<i>Circulante</i>								
Receitas arrendamento	-	-	-	-	4	4	-	-
<b>BIOTECH TOWN</b>								
Não circulante								
Debêntures - Juros e principal (nota 6)	3.401	17.466	-	-	2.163	704	-	-

(i) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais e, nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado, vide nota 24. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemge, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente, apresentado na linha de recuperação de despesas na nota 25.

(ii) Foi estabelecido nos atos societários da cisão que o passivo de adiantamento da SCP naquela data seria vertido para a Codemge. O saldo em aberto na data da cisão correspondia ao saldo da primeira e da segunda operação de adiantamento. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, uma vez que fazem parte da estrutura negocial da Escritura Pública da SCP (nota 1 (c)), foi registrado contas a receber de partes relacionadas com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo, ou seja, com todos encargos financeiros. Cabe ressaltar que a Codemig participou de novas operações de antecipação de receitas das quais a Codemge não possui qualquer obrigação de ressarcimento. Para outras informações sobre o adiantamento de lucros, vide nota 19.

**(a) Remuneração da Administração**

A Administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a da Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Considerando que a Administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros renunciaram aos seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia e da Codemig durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$4.306 (R\$7.004 em 31 de dezembro de 2021, contabilizados em sua maioria pela Codemge) e são cobradas da Codemig via Contrato de Compartilhamento de Despesas assinado entre Codemig e Codemge.

**(b) Caixa movimentado entre partes relacionadas**

Devido a contratos ou ativos que ainda estão em processo de transferência da Codemig para a Codemge, durante o processo de cisão da Codemig que culminou na criação da Codemge diversos compromissos surgiram em nome da nova empresa cindida. Em face disto, a Codemig operacionalizou por meio de sua caixa diversos compromissos da Codemge que, durante o curso de suas atividades estão sendo acertados entre as empresas. O acerto de contas deverá ser realizado por compensação de dividendos a distribuir ou pagamento em caixa pela Codemig, de acordo com o saldo. Os saldos transacionados nos exercícios foram os abaixo:

	2022	2021
Pagamentos de ativos relacionados a CBMM advindos da cisão (i)	(19.270)	(19.059)
Transações pela Codemig por conta e ordem da Codemge (ii)	322	729
<b>Total</b>	<b>(18.948)</b>	<b>(18.330)</b>

(i) A cisão destinou à Codemge saldos em aberto entre Codemig e CBMM que só seriam liquidados em momento futuro. Na sua liquidação, a Codemig cobrou/repassou tais valores à Codemge, já considerando o efeito da cisão;

(ii) A Codemge, como parte de seu processo de cisão, se utilizou de ativos e do nome da Codemig para execução de suas atividades, considerando seu período de regularização fiscal, legal e operacional. Além disso, a Codemig utiliza-se da infraestrutura de pessoal da Codemge. Os saldos em aberto dessa natureza ou de natureza similar são liquidados no mês subsequente ao seu registro.

**13. Participações societárias e outros ativos financeiros**

Este grupo de contas é composto por *i*) participações societárias de controladas e coligadas, sobre as quais a Codemge exerce influência significativa e controle, respectivamente; e *ii*) outros ativos financeiros, composto por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O saldo é dividido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outros ativos financeiros (13.1)	218.560	339.595	218.560	339.595
Participações societárias (13.2)	436.404	514.653	112.752	207.143
<b>Total</b>	<b>654.964</b>	<b>854.248</b>	<b>331.312</b>	<b>546.738</b>

**13.1 Instrumentos financeiros patrimoniais**

A seguir a composição dos instrumentos financeiros patrimoniais:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Participação acionária direta</b>				
<b>BDMG</b>				
Bônus de subscrição DETECHTA	500	-	500	-
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>176.693</b>	<b>500</b>	<b>176.693</b>
<b>Participação em fundos de investimento</b>				
FIP AEROTEC	158.710	134.946	158.710	134.946
FIP SEED4SCIENCE	954	1.123	954	1.123
FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA	58.396	26.833	58.396	26.833
<b>Total</b>	<b>218.060</b>	<b>162.902</b>	<b>218.060</b>	<b>162.902</b>
<b>Total</b>	<b>218.560</b>	<b>339.595</b>	<b>218.560</b>	<b>339.595</b>
<b>Movimentação dos instrumentos financeiros patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:</b>				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Participação acionária direta</b>				
<b>BDMG (i)</b>				
Saldo inicial	176.693	176.693	176.693	176.693
Alienação de cotas	(176.693)	-	(176.693)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>176.693</b>	<b>-</b>	<b>176.693</b>
<b>Bônus de subscrição OXIS BR (ii)</b>				
Saldo inicial	-	1.668	-	1.668
Aquisição	-	-	-	-
Perda por impairment	-	(1.668)	-	(1.668)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Bônus de subscrição DETECHTA (iii)</b>				
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisição de cotas	500	-	500	-
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>500</b>	<b>-</b>
<b>Participação em fundos de investimento</b>				
<b>FIP AEROTEC</b>				
Saldo inicial	134.946	163.878	134.946	163.878
Aquisição de cotas	1.817	1.210	1.817	1.210
Amortização de cotas	-	(888)	-	(888)
Provisão para perdas	-	(35.008)	-	(35.008)
Valorização de cotas	21.947	5.754	21.947	5.754
<b>Total</b>	<b>158.710</b>	<b>134.946</b>	<b>158.710</b>	<b>134.946</b>
<b>FIP SEED4SCIENCE</b>				
Saldo inicial	1.123	371	1.123	371
Aquisição de cotas	285	705	285	705
Valorização / (desvalorização) de cotas	(454)	47	(454)	47
<b>Total</b>	<b>954</b>	<b>1.123</b>	<b>954</b>	<b>1.123</b>
<b>FUNCINE (iv)</b>				
Saldo inicial	-	4.795	-	4.795
Valorização / (desvalorização) de cotas	-	(152)	-	(152)
Liquidação	-	(4.643)	-	(4.643)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA</b>				
Saldo inicial	26.833	13.981	26.833	13.981
Aquisição de cotas	18.077	14.755	18.077	14.755
Valorização / (desvalorização) de cotas	13.486	(1.903)	13.486	(1.903)
<b>Total</b>	<b>58.396</b>	<b>26.833</b>	<b>58.396</b>	<b>26.833</b>
<b>Total</b>	<b>218.560</b>	<b>339.595</b>	<b>218.560</b>	<b>339.595</b>

(i) A Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Codemge, realizada no dia 04 de novembro de 2022, por sua livre iniciativa e por considerar seu capital social excessivo, deliberou pela redução de capital social no montante de R\$ 176.695, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76. Como forma de reequilíbrio do valor do capital social, os acionistas aprovaram a redução do capital ao Estado de Minas Gerais no montante de R\$ 176.693 e à MGI Participações no montante de R\$ 2. Como forma de remuneração a título de devolução da participação do EMG no capital social da Companhia, a proposta aprovada determinou pela transferência de 5.891.944 de ações ordinárias do BDMG, pelo seu valor contábil na data de 30 de setembro de 2022, no valor unitário de R\$ 0,03 (três centavos), conforme autorizado pelo art. 22 da Lei 9.249/95. O acionista MGI recebeu sua participação na redução de capital em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 2.

(ii) Em 2021 a Oxis Energy UK, empresa detentora da tecnologia de células de baterias de lítio-enxofre, passou a sofrer com inadimplências de contratos de investimento. Após buscar novos investidores sem sucesso e com insuficiência de caixa para honrar seus compromissos, a empresa encontra-se atualmente em processo de "administration" no Reino Unido (processo similar ao de recuperação judicial no Brasil). Considerando sua provável descontinuidade operacional e a estimativa de não quitação das obrigações para com os credores e acionistas, foi registrado o impairment da totalidade dos bônus de subscrição emitidos no valor de R\$1.668.

(iii) Em agosto de 2020, a Companhia firmou um Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação- PD&I com a empresa Detechta Biotecnologia S.A., com o objetivo de desenvolvimento, produção e comercialização de testes de diagnóstico para COVID-19. Ficou acordado entre as partes que a Companhia teria o direito de exercer uma opção de compra de um percentual da Detechta baseado no valor investido por

ela, qual seja, R\$ 500, pelo prazo de 18 (dezoito) meses contados da assinatura do contrato. Em agosto de 2021 este prazo foi prorrogado para 24 (vinte e quatro) meses e atualmente está em fase de formalização do exercício da opção de compra para conversão do bônus de subscrição em uma participação direta na empresa entre 8,3% a 13,1%.

**FIP AEROTEC**

O AEROTEC – Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo foi de responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar, até o dia 30 de novembro de 2021. A partir dessa data a ID Gestora e Administradora de Recursos LTDA assumiu a gestão do Fundo e a Ouro Preto Gestão de Recursos S/A assumiu sua administração.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos do Grupo.

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do administrador/gestor, por até 5 períodos adicionais de um ano. A Codemge já integralizou um total de R\$123.539, valor equivalente a 88,24% do capital subscrito do fundo.

Em 2022, a Astroscience, uma das participações do fundo foi vendida pelo valor de R\$1.780 com pagamento parcelado em 24 prestações, corrigidas pelo CDI. A Cliever, outra participação que era mantida pelo Fundo, entrou em processo de liquidação em setembro de 2022 em função de dificuldades financeiras. Seus ativos e passivos foram liquidados e devido a esse cenário o Fundo realizou sua participação com objetivo de reduzir os riscos de eventuais passivos futuros. A participação relativa aos ativos e passivos liquidados foi vendida por R\$28 em favor do Fundo.

O FIP Aerotec possui a seguinte disposição de capital:

**FIP AEROTEC**

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital a investir
FIP AEROTEC	140.000	123.539	16.461
<b>Total</b>	<b>140.000</b>	<b>123.539</b>	<b>16.461</b>

Em 31 de dezembro de 2022 o FIP AEROTEC havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Altave Holding S.A	Local	3.500
Flapper Tecnologia S.A.	Local	7.775
Xmrobots Holding S.A.	Local	28.000
Unicoba Energia S.A.	Local	30.000
<b>Total</b>		<b>69.275</b>

**FIP SEED4SCIENCE**

O SEED4SCIENCE – Fundo de Investimento em Participações Capital Semente foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. O fundo faz aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão das Empresas Alvo, quais sejam, companhias abertas ou fechadas, ou ainda sociedades limitadas atuantes nos setores de biotecnologia, nanotecnologia, internet das coisas, materiais avançados, tecnologia da informação e comunicação, especialmente relacionadas com *big data* e *machine learning*. As aplicações do fundo são realizadas por meio da aquisição de ativos como ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários.

As empresas devem possuir a tecnologia como diferencial. A atuação prioritária deve envolver soluções para problemas relevantes da indústria, agronegócio, varejo ou do setor de saúde e bem-estar, sendo dado especial enfoque às oportunidades provenientes ou de alguma forma ligadas ou oriundas de centro de pesquisas, faculdades e universidades.

O fundo tem como público alvo investidores qualificados, de acordo com o Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13, que busquem obter retorno diferenciado no longo prazo. É classificado como fundo diversificado tipo 1, nos termos do Código ABVCAP/ANBIMA e prazo de duração de 10 anos contados da data da primeira integralização de cotas do fundo. A administração do fundo é exercida pela BRL Trust Investimentos Ltda e a gestão cabe à FUNDEPAR Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda.

Em maio de 2022 foi aprovada a saída do Fundo da empresa Optimal Energy, via *put option (write off)*. Na ocasião, a Optimal Energy foi obrigada a recomprar a participação societária do fundo pelo valor simbólico de um real, de modo que a responsabilidade sobre passivos da empresa passou a ser exclusiva dos sócios remanescentes. Dessa maneira, evitou-se eventuais solicitações de responsabilização do fundo.

O capital subscrito total do Fundo é de R\$35.000, sendo que o Grupo é responsável pela participação de 8,57% das cotas subscritas, ou seja, um capital subscrito de R\$3.000. Até então já foram realizadas 11 integralizações de quotas, totalizando uma quantia de R\$1.500, valor equivalente a 50% do capital subscrito no fundo.

O FIP Seed4Science possui a seguinte disposição de capital:

**FIP SEED4SCIENCE**

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital a investir
FIP SEED4SCIENCE	3.000	1.500	1.500
<b>Total</b>	<b>3.000</b>	<b>1.500</b>	<b>1.500</b>

Em 31 de dezembro de 2022 o FIP Seed4Science havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
AFH Soluções Tecnológicas LTDA	Local	1.000
Aratu S.A.	Local	850
Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (Classe A)	Local	51
Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (Classe B)	Local	2.927
Logpyx Tecnologia S.A.	Local	2.733
Lume Robotics S.A.	Local	1.000
Neuralmind IA – 521 Particip	Local	1.000
Pecsmart Serviço de Inteligência para produção animal Ltda	Local	800
ACS – Indústria Aeronáutica Ltda	Local	1.500
FabNS Fábrica de Nanosoluções e Participações Ltda.	Local	750
<b>Total</b>		<b>12.611</b>

**FIP BIOTEC E CIÊNCIAS DA VIDA**

O BIOTEC – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia é constituído sob a forma de condomínio fechado e regido por seu Regulamento e Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Sua classificação pelo Código ABVCAP/ANBIMA é fundo restrito tipo 2. O público-alvo são investidores qualificados de acordo com os termos do Art. 9º-B da Instrução CVM nº 539/13. O fundo terá duração de 10 anos contados a partir de 05 de setembro de 2019 e o prazo poderá ser prorrogado por dois períodos adicionais de um ano, mediante proposta do Administrador do fundo.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas, por meio de investimentos, em valores mobiliários de companhias-alvo com sede localizada em Minas Gerais ou com atuação no Estado. As companhias-alvo são empresas que possuem alto potencial de crescimento que tenham atuação nos setores de biotecnologia e ciências da vida. Entende-se que biotecnologia e ciências da vida cobrem um amplo espectro de áreas de aplicação, incluindo saúde humana, saúde animal, agricultura, meio ambiente e biotecnologia industrial.

A administração do fundo é exercida pela FIR Capital Partners – Gestão de Investimentos S.A. e a gestão cabe à FIR Gestão de Investimentos Ltda. O Fundo poderá emitir duas classes distintas de cotas: as Cotas de Classe A deverão ser integralizadas com moeda nacional, enquanto que as Cotas de Classe B deverão ser integralizadas com valores mobiliários de companhias-alvo. A gestora do fundo se compromete, de acordo com o Regulamento, a subscrever R\$5.000 em Cotas de Classe A do fundo, devendo integralizá-las de acordo com os demais cotistas.

O capital subscrito do Fundo é de R\$127.650, ao passo que o Grupo é subscritor de R\$68.000. O Grupo realizou quatorze integralizações de cotas, desde o início do fundo, totalizando a quantia de R\$49.054, valor equivalente a 27,14% do capital subscrito no fundo.

**FIP BIOTEC**

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital a investir
FIP BIOTEC	68.000	49.054	18.946
<b>Total</b>	<b>68.000</b>	<b>49.054</b>	<b>18.946</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o FIP BIOTEC havia investido nas seguintes participações:

Participações	Entidade local/ internacional	Integralizado
Vita Part	Local	21.300
Mevo (ex Nexodata)	Local	7.900
Plamev	Local	13.000
Imuno BR	Local	10.000
Isa		



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor nominal na Comipa, representando uma participação no capital social total de 50,99%. Conforme definições do Estatuto Social da Comipa dos poderes concedidos a cada classe de ação, o Grupo entende que a CBMM é a sócia com capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida, e, portanto, detém poder sobre esta e é considerada a sua controladora, em conformidade com as definições de controle do IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos	Controladora				
	2022	2021			
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Total	Total
CODEMIG	323.920	-	-	323.920	307.778
CBL (i)	-	-	-	-	85.137
Helibrás (ii)	28.106	12.810	-	40.916	42.084
Dadora Participações (ii)	17.322	-	42.665	59.987	56.176
IAS (iii)	8.386	1.507	-	9.893	21.633
Biotech Town (ii)	-	-	-	-	-
Outros investimentos (iv)	1.688	-	-	1.688	1.845
	379.422	14.317	42.665	436.404	514.653
Consolidado					
	2022	2021			Total
Investimentos	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Total	Total
CBL (i)	-	-	-	-	85.137
Helibrás (ii)	28.106	12.810	-	40.916	42.084
Dadora Participações (ii)	17.322	-	42.665	59.987	56.176
IAS (iii)	8.386	1.507	-	9.893	21.633
Biotech Town (ii)	-	-	-	-	-
COMIPA	268	-	-	268	268
Outros investimentos (iv)	1.688	-	-	1.688	1.845
	55.770	14.317	42.665	112.752	207.143

(i) Em setembro de 2022, a Codemge alienou sua participação na CBL. Vide maiores detalhes da operação conforme explicações abaixo no decorrer dessa nota explicativa.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da Helibrás, Dadora Participações, BiotechTown e SCP Água Mineral as informações financeiras de 30 de novembro de 2022. Considerar essa informação em toda nota 13.2.

(iii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS as informações financeiras de 31 de outubro de 2022. Considerar essa informação em toda nota 13.2.

(iv) Outros investimentos são compostos por participações minoritárias avaliadas pelo custo na Cemig, Santander, SPE Palácio das Mangabeiras, obras de arte e ainda participações em consórcios de exploração de gás.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo, no momento da compra dos investimentos, realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na nota 2.3 (b). A Codemge realizou testes de *impairment* no exercício, conforme premissas apresentadas na nota 2.7 (d).

(a) A alocação do preço de compra da IAS teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes com os órgãos de defesa do Governo Federal. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento.

(b) A alocação do preço de compra da Helibrás teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes e valor justo de mercado de seu imobilizado. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento.

(c) A alocação do preço de compra da Dadora Participações teve o ágio baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado das suas participações societárias, sendo que as mais relevantes são a Dadora Mobile e Dadora Telecom. O teste de recuperabilidade do ativo foi realizado, por meio de *valuation* realizado por especialistas, e constatou-se que o valor justo do ativo superou seu valor contábil, portanto não houve baixa relacionada ao *impairment* do investimento.

Alienação da participação na Companhia Brasileira de Lítio – CBL

Em julho de 2022, em função do processo de alienação da participação na CBL, a Companhia recebeu proposta vinculante de terceiros. Posteriormente, conforme cláusula prevista no Acordo de Acionistas da CBL, os sócios manifestaram interesse em exercer o Direito de Preferência na compra dessa participação. Diante disso, a operação foi submetida a avaliação do CADE. Em setembro de 2022, após a aprovação da autarquia, a Companhia efetivou a alienação de sua participação na CBL pelo valor de R\$ 181.715, perfazendo uma receita de ganho de capital de R\$ 90.009. Vide nota 25.

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Investidas	Controladora						
	2021	Aquisição/(redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2022
CODEMIG	307.778	-	747.654	-	-	(731.512)	323.920
CBL	85.137	(91.706)	46.588	(5.020)	320	(35.319)	-
Helibrás	42.084	-	3.158	(7.635)	3.309	-	40.916
Dadora Participações	56.176	-	4.786	-	166	(1.141)	59.987
IAS	21.633	-	712	(11.994)	-	(458)	9.893
Biotech Town	-	502	(502)	-	-	-	-
SCP Água Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	1.845	-	(157)	-	-	-	1.688
	514.653	(91.204)	802.239	(24.649)	3.795	(768.430)	436.404
Debêntures Biotech Town (i)	(1.252)	-	(2.125)	-	-	-	(3.377)
	513.401	(91.204)	800.114	(24.649)	3.795	(768.430)	433.027

(i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida. Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor de R\$ 15.117 (nota 6).

Investidas	Consolidado						
	2021	Aquisição/(redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	2022
CBL	85.137	(91.706)	46.588	(5.020)	320	(35.319)	-
Helibrás	42.084	-	3.158	(7.635)	3.309	-	40.916
Dadora Participações	56.176	-	4.786	-	166	(1.141)	59.987
IAS	21.633	-	712	(11.994)	-	(458)	9.893
Biotech Town	-	502	(502)	-	-	-	-
COMIPA (i)	268	-	(992)	-	-	992	268
SCP Água Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	1.845	-	(157)	-	-	-	1.688
	207.143	(91.204)	53.593	(24.649)	3.795	(35.926)	112.752
Debêntures Biotech Town (ii)	(1.252)	-	(2.125)	-	-	-	(3.377)
	205.891	(91.204)	51.468	(24.649)	3.795	(35.926)	109.375

(i) As Demonstrações Financeiras da Comipa referentes ao exercício de 2020 foram reapresentadas em abril de 2022 alterando o resultado de algumas operações relacionadas a passivos de benefícios pós emprego e registro de créditos tributários. Estas alterações refletiram no resultado de equivalência patrimonial da Comipa na Codemig em R\$ 1.257 negativo, ajuste que foi realizado em junho de 2022. Deste modo, o efeito do ajuste líquido do resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 992 negativo.

(ii) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida. Em dezembro de 2022, foi registrada provisão para perdas de créditos esperadas relativa à essas debêntures no valor de R\$ 15.117 (nota 6).

Movimentação dos investimentos em participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Investidas	Controladora							
	2020	Aquisição/(redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Perda com ágio	2021
CODEMIG	307.972	-	640.367	-	-	(640.561)	-	307.778
CBL	80.701	-	19.668	(4.788)	-	(10.444)	-	85.137
Helibrás	53.798	-	(5.882)	(8.451)	2.954	(335)	-	42.084
Dadora Participações	64.550	-	5.145	(9.058)	(279)	(4.182)	-	56.176
IAS	21.610	-	2.513	-	-	(2.490)	-	21.633
Biotech Town	126	795	(903)	-	-	-	(18)	-
SCP Água Mineral	738	-	(738)	-	-	-	-	-
Outros investimentos	2.448	(530)	(73)	-	-	-	-	1.845
	531.943	265	660.097	(22.297)	2.675	(658.012)	(18)	514.653
Debêntures Biotech Town	-	-	(1.252)	-	-	-	-	(1.252)
	531.943	265	658.845	(22.297)	2.675	(658.012)	(18)	513.401

Investidas	Consolidado							
	2020	Aquisição/(redução) de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial do custo de alocação	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Perda com ágio	2021
CBL	80.701	-	19.668	(4.788)	-	(10.444)	-	85.137
Helibrás	53.798	-	(5.882)	(8.451)	2.954	(335)	-	42.084
Dadora Participações	64.550	-	5.145	(9.058)	(279)	(4.182)	-	56.176
IAS	21.610	-	2.513	-	-	(2.490)	-	21.633
Biotech Town	126	795	(903)	-	-	-	(18)	-
COMIPA	269	-	2.284	-	-	(2.285)	-	268
SCP Água Mineral	738	-	(738)	-	-	-	-	-
Outros investimentos	2.448	(530)	(73)	-	-	-	-	1.845
	224.240	265	22.014	(22.297)	2.675	(19.736)	(18)	207.143
Debêntures Biotech Town (i)	-	-	(1.252)	-	-	-	-	(1.252)
	224.240	265	20.762	(22.297)	2.675	(19.736)	(18)	205.891

(i) Foram reconhecidas por equivalência patrimonial perdas excedentes ao saldo contábil da participação no BiotechTown, de forma a reduzir o saldo de debêntures sem garantia emitidas pela investida (nota 6).

Informações financeiras da carteira de investimentos em controladas e coligadas consideradas para 31 de dezembro de 2022:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
<b>Controladas</b>					
CODEMIG	1.487.280	702.162	868.400	685.906	635.136
<b>Coligadas</b>					
Helibrás	903.659	264.561	824.031	162.964	181.225
Dadora Participações	19.330	120.572	18.032	44.638	77.232
IAS	154.409	25.399	123.899	-	55.909
Biotech Town	1.771	13.259	160	21.954	(7.084)
COMIPA	18.618	6.028	9.187	14.933	526
SCP Água Mineral	3.591	9.246	4.905	9.789	(1.857)

(b) Informações de resultado do exercício sob análise

	Receita bruta	Lucros e prejuízos do período	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
<b>Controladas</b>				
CODEMIG	2.059.399	1.465.985	-	1.465.985
<b>Coligadas</b>				
Helibrás	1.303.201	23.846	21.339	45.186
Dadora Participações	46.195	19.310	594	19.904
IAS	28.810	1.475	-	1.475
Biotech Town	159	(2.747)	-	(2.747)
COMIPA	97.467	(521)	-	(521)
SCP Água Mineral	1.640	(34)	-	(34)

14. Imobilizado

O imobilizado do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora						
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Equipamentos operacionais	Imobilizado em andamento	Direitos de uso imobilizados	Outros imobilizados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>							
Custo	125.232	408.053	56.452	189.588	14.529	13.285	807.139
Depreciação acumulada	-	(126.807)	(38.507)	-	(648)	-	(165.962)
<i>Impairment</i>	(23.960)	(780)	-	(102.901)	-	(4.375)	(132.016)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	101.272	280.466	17.945	86.687	13.881	8.910	509.161
Aquisições	-	13	41	7.192	-	-	7.246
Baixas	(885)	(155)	(310)	(603)	(14.529)	-	(16.482)
Transferências	-	38.093	-	(24.831)	-	(13.262)	-
Depreciação - adições	-	(6.223)	(3.750)	-	(478)	-	(10.451)
Depreciação - baixas	-	97	261	-	1.126	-	1.484
<i>Impairment</i>	(727)	(111.721)	-	22.736	-	-	(85.337)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	99.660	200.570	14.187	91.181	-	23	405.621
Custo	124.347	446.004	56.183	171.346	-	23	797.903
Depreciação acumulada	-	(132.933)	(41.996)	-	-	-	(174.929)
<i>Impairment</i>	(24.687)	(112.501)	-	(80.165)	-	-	(217.353)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	99.660	200.570	14.187	91.181	-	23	405.621
Aquisições	-	3.054	909	1.677	-	-	5.640
Baixas	(12.570)	(10.297)	(2.682)	(877)	-	-	(26.426)
Transferências	39.294	38.463	14.800	(92.557)	-	-	-
Depreciação - adições	-	(6.922)	(3.760)	-	-	-	(10.682)
Depreciação - baixas	-	1.557	987	-	-	-	2.544
<i>Impairment</i>	(26.884)	15.597	(9.156)	62.269	-	-	41.826
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	99.500	242.022	15.285	61.693	-	23	418.523
Custo	151.071	477.224	69.210	79.589	-	23	777.117
Depreciação acumulada	-	(138.298)	(44.769)	-	-	-	(183.067)
<i>Impairment</i>	(51.571)	(96.904)	(9.156)	(17.896)	-	-	(175.527)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	99.500	242.022	15.285	61.693	-	23	418.523
Aquisições	-	3.054	909	1.677	-	-	5.640
Baixas	(12.570)	(10.297)	(2.682)	(877)	-	-	(26.426)
Transferências	39.294	38.463	14.800	(92.557)	-	-	-
Depreciação							



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				2022
	2021	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Terrenos</b>					
Bonsucesso (i)	(21.863)	-	10.922	-	(10.941)
LabFabITR (ii)	(998)	(361)	23	-	(1.336)
CCPIF (iii)	(93.290)	-	-	-	(93.290)
Olhos D'Água (iv)	(125.400)	-	-	-	(125.400)
CAEMG (v)	-	-	-	(39.294)	(39.294)
Outros	(1.826)	(52)	1.878	-	-
	(243.377)	(413)	12.823	(39.294)	(270.261)
<b>Prédios e benfeitorias</b>					
LabFabITR (ii)	-	(2.988)	1.480	(15.831)	(17.339)
CCPIF (iii)	(131.939)	-	3.308	-	(128.631)
P7 Bemge (vi)	(32.154)	(237)	1.630	(6.849)	(37.610)
Expominas SJDR (vii)	(80.194)	-	38.239	-	(41.955)
TERGIP (viii)	-	(7.850)	8.738	(888)	-
Outros	(153)	(156)	309	-	-
	(244.440)	(11.231)	53.704	(23.568)	(225.535)
<b>Equipamentos operacionais</b>					
LabFabITR (ii)	-	(601)	384	(5.673)	(5.890)
P7 Bemge (vi)	-	-	-	(3.266)	(3.266)
TERGIP (viii)	-	(1.446)	1.446	-	-
	-	(2.047)	1.830	(8.939)	(9.156)
<b>Imobilizações em andamento</b>					
LabFabITR (ii)	(26.946)	(9.706)	1.062	21.504	(14.086)
CAEMG (v)	(39.294)	-	-	39.294	-
P7 Bemge (vi)	(13.925)	-	-	10.115	(3.810)
TERGIP (viii)	-	(928)	40	888	-
	(80.165)	(10.634)	1.102	71.801	(17.896)
<b>TOTAL</b>	<b>(567.982)</b>	<b>(24.325)</b>	<b>69.459</b>	<b>-</b>	<b>(522.848)</b>

#### (i) Terreno Bonsucesso

Em 2019, havia a intenção de doação pela Companhia ao Estado de MG de dois terrenos localizados no bairro Bonsucesso, em Belo Horizonte-MG, que possuíam valor contábil de R\$21.863, totalmente registrados como *impairment*.

Em março de 2022, a Administração desautorizou a doação ao Estado de MG. Sendo assim, com base nos laudos de avaliação elaborados em 2021, por consultoria especializada, foi registrada uma reversão de *impairment* no valor de R\$5.982.

Em setembro de 2022, foi realizada a venda de um dos terrenos, Bonsucesso II, revertendo o *impairment* em mais R\$4.645. Em outubro de 2022, em função de novo laudo de avaliação o *impairment* foi revertido em mais R\$295.

O valor da perda por redução ao valor recuperável do terreno remanescente até 31 de dezembro de 2022 é de R\$10.941 (R\$21.863 em 31 de dezembro de 2021).

#### (ii) LabFabITR

Em junho de 2022, foi realizado um novo *valuation* do empreendimento e foi registrada uma perda adicional de R\$ 8.947, além disso, foram registrados R\$212 referente a ativos adquiridos/construídos no período que não possuem expectativa de recuperabilidade.

Em agosto de 2022, com a entrega definitiva da obra e o comissionamento de alguns equipamentos, os valores que antes estavam como *impairment* de imobilizações em andamento foram transferidos para prédios e benfeitorias ou equipamentos operacionais.

O valor da perda por redução ao valor recuperável registrado até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$38.652 (R\$27.944 em 31 de dezembro de 2021).

#### (iii) Centro Cultural Presidente Itamar Franco (CCPIF)

Em 2011, devido a alteração do modelo de negócios do Grupo, foi realizada a contratação de empresa especializada para a realização da avaliação do empreendimento. A avaliação por meio do método evolutivo resultou em uma perda por *impairment* no valor de R\$225.511, sendo R\$132.221 para o prédio e R\$93.290 para o terreno.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste empreendimento registrado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 221.921 (R\$ 225.229 em 31 de dezembro de 2021).

#### (iv) Olhos D'Água

Em 2019 foi elaborado laudo de avaliação do terreno no bairro Olhos D'Água, no qual foi registrada uma perda de R\$1.435. Em 2021, devido a alteração do modelo de negócios do Grupo, foram contratadas duas empresas especializadas para a realização da avaliação do terreno. A avaliação por meio do método comparativo direto de dados de mercado resultou em uma perda por *impairment* no valor de R\$123.965.

O valor da perda por redução ao valor recuperável total deste terreno registrado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 125.400 (R\$125.400 em 31 de dezembro de 2021).

#### (v) Cidade Administrativa (CAEMG)

Em 2019, dois terrenos tiveram seu valor contábil provisionado para perda por valor recuperável devido ao plano da Administração de doá-los ao Estado de Minas Gerais. O mais relevante, no montante de R\$39.294, é um terreno desapropriado onde encontra-se localizado uma via de acesso à Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais e um túnel. Tais valores que estavam registrados como imobilizado em andamento, foram transferidos durante o exercício para terrenos em função da regularização documental.

#### (vi) P7 Bemge

Em 31 de dezembro de 2019, ao se avaliar o valor em uso das benfeitorias realizadas no antigo prédio do Bemge, não foi possível verificar o seu valor recuperável devido às mudanças de planejamento estratégico. O valor da perda por redução ao valor recuperável registrada até 31 de dezembro de 2022 é de R\$44.686 (R\$46.079 em 31 de dezembro de 2021). O edifício está localizado na Praça Sete em Belo Horizonte, é de propriedade da Fundação João Pinheiro, está cedido à Codemig, que por sua vez subcedeu à Associação P7 Criativo para execução do projeto de mesmo nome, P7 Criativo.

#### (vii) Expominas São João Del Rei (SJDR)

A Administração do Grupo decidiu pela descontinuidade de quaisquer investimentos para finalização do imóvel que seria destinado a ser o Expominas São João Del Rei. Tal decisão finalizava qualquer hipótese de concretização do negócio então realizado entre a Prefeitura do município de São João Del Rei, em que o município doou o terreno à Codemig – à época Codemig – com a contrapartida da construção de um centro de convenções para a cidade. Considerando o inadimplemento pela Codemig da sua parte no contrato firmado, o município requereu judicialmente a reversão do imóvel para si. Sendo assim, a Administração não esperava que tal imóvel tivesse mais nenhum benefício econômico para o Grupo, e em 2021 registrou o valor da perda por redução ao valor recuperável no valor total do imóvel.

No entanto, em dezembro de 2022 foi realizado um acordo judicial que consiste em pagamento ao município de R\$9.000. Em contrapartida, a Companhia terá a propriedade do imóvel, com todas as benfeitorias e acessões, de forma definitiva e isenta de quaisquer ônus ou ressalvas. Ademais, a Companhia terá a liberação, de forma expressa, para dar ao imóvel, a seu exclusivo critério de oportunidade e conveniência, a destinação econômica que seja aderente ao seu objeto social, podendo, inclusive, aliená-lo.

Sendo assim, com base na avaliação do imóvel realizada em 2021, foram revertidos R\$37.524 da provisão para perda do valor recuperável, em dezembro de 2022. O valor do *impairment* registrado até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$41.955 (R\$80.194 em 31 de dezembro de 2021).

#### (viii) TERGIP

Em março de 2022, foi realizada a licitação, pelo Governo de Minas, para concessão dos serviços públicos oferecidos pelo Terminal Rodoviário. Com o encerramento da administração do Terpig pela Codemig, a Administração não esperava retorno do valor investido e o havia provisionado para perda por redução ao valor recuperável. A partir da transferência da operação do Terminal ocorrida em setembro de 2022, o valor provisionado de R\$9.922, e classificado como despesas gerais e administrativas, foi revertido e feita a baixa definitiva do imobilizado como outras despesas operacionais. Mais informações sobre operações descontinuadas vide nota 2.5.

### 15. Intangível

O intangível do Grupo apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora					
	Custos de desenvolvimento (i)	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>						
Custo	38.275	2.207	262	2.152	12.202	55.098
Amortização acumulada	-	(1)	-	(1.832)	(11)	(1.844)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	(12.029)	(15.023)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>35.287</b>	<b>2.206</b>	<b>256</b>	<b>320</b>	<b>162</b>	<b>38.231</b>
Aquisições	6.627	-	2	-	11	6.640
Baixas	(2.888)	-	-	-	-	(2.888)
Amortização - adições	-	(2)	-	(147)	(1)	(150)
<i>Impairment</i>	(19.819)	-	(1)	-	-	(19.820)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19.207</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>173</b>	<b>172</b>	<b>22.013</b>
Custo	42.014	2.207	264	2.152	12.214	58.851
Amortização acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(13)	(1.995)
<i>Impairment</i>	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>19.207</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>173</b>	<b>172</b>	<b>22.013</b>
Aquisições	300	-	-	7	25	332
Baixas	(2.988)	-	-	-	-	(2.988)
Amortização - adições	-	-	-	(102)	(1)	(103)
<i>Impairment</i>	2.688	-	-	-	-	2.688
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.207</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>78</b>	<b>196</b>	<b>21.942</b>
Custo	39.326	2.207	264	2.159	12.239	56.195
Amortização acumulada	-	(3)	-	(2.081)	(14)	(2.098)
<i>Impairment</i>	(20.119)	-	(7)	-	(12.029)	(32.155)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>19.207</b>	<b>2.204</b>	<b>257</b>	<b>78</b>	<b>196</b>	<b>21.942</b>
						<b>Consolidado</b>
	Custos de desenvolvimento (i)	Direitos contratuais	Marcas e patentes	Softwares	Direitos de lavra e jazidas	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>						
Custo	38.275	2.207	269	2.152	12.215	55.118
Amortização acumulada	-	(1)	-	(1.832)	(12)	(1.845)
<i>Impairment</i>	(2.988)	-	(6)	-	(12.029)	(15.023)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>35.287</b>	<b>2.206</b>	<b>263</b>	<b>320</b>	<b>174</b>	<b>38.250</b>
Aquisições	6.627	-	2	-	11	6.640
Baixas	(2.888)	-	-	-	-	(2.888)
Amortização - adições	-	(1)	-	(147)	(2)	(150)
<i>Impairment</i>	(19.819)	-	(1)	-	-	(19.820)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19.207</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>173</b>	<b>183</b>	<b>22.032</b>
Custo	42.014	2.208	271	2.152	12.226	58.871
Amortização acumulada	-	(3)	-	(1.979)	(14)	(1.996)
<i>Impairment</i>	(22.807)	-	(7)	-	(12.029)	(34.843)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>19.207</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>173</b>	<b>183</b>	<b>22.032</b>
Aquisições	300	-	-	7	25	332
Baixas	(2.988)	-	-	-	-	(2.988)
Depreciação - adições	-	-	-	(102)	(2)	(104)
<i>Impairment</i>	2.688	-	-	-	-	2.688
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.207</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>78</b>	<b>206</b>	<b>21.960</b>
Custo	39.326	2.208	271	2.159	12.251	56.215
Depreciação acumulada	-	(3)	-	(2.081)	(16)	(2.100)
<i>Impairment</i>	(20.119)	-	(7)	-	(12.029)	(32.155)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>19.207</b>	<b>2.205</b>	<b>264</b>	<b>78</b>	<b>206</b>	<b>21.960</b>

### (i) Custo de desenvolvimento

#### MG Grafeno

O MGgrafeno está na fase de desenvolvimento de novos produtos em parceria com empresas privadas, avaliando a possibilidade de investimento futuro destes parceiros, validação da tecnologia e modelamento de desinvestimento do projeto.

Dentre os custos de desenvolvimento, o principal conjunto de projetos em desenvolvimento decorre do MGgrafeno, nos quais foram investidos R\$39.326 até 31 de dezembro de 2022 (R\$39.026 em 31 de dezembro de 2021).

#### LabFabITR

Em setembro de 2022, em função da imobilização do empreendimento LabFabITR, o valor de R\$2.988, que estava classificado como custo de desenvolvimento, foi adicionado ao valor de prédios e benfeitorias no imobilizado.

#### Impairment de Custos de Desenvolvimento

O saldo total provisionado para perdas com valor recuperável dos custos de desenvolvimento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.119 (R\$22.807 em dezembro de 2021). O valor refere-se totalmente ao MGgrafeno conforme *valuation* do projeto.

### 16. Contas a pagar

O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar, uma vez que serão compensados com resultados da SCP ou quitados junto à CBMM quando da exigibilidade dos débitos. Ademais, uma menor parte são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ / CSLL SCP (i)	-	-	605.442	657.629
Valores a ressarcir a SCP (ii)	-	-	41.441	83.278
Fornecedores nacionais	1.630	2.144	1.823	2.152
Outros (iii)	5	6.269	5	6.269
	<b>1.635</b>	<b>8.413</b>	<b>648.711</b>	<b>749.328</b>
Circulante	1.635	8.413	608.998	691.617
Não circulante	-	-	39.713	57.711
	<b>1.635</b>	<b>8.413</b>	<b>648.711</b>	<b>749.328</b>

(i) Correspondem aos saldos dos tributos da SCP não descontados do resultado distribuído e, portanto, devidos à CBMM. Os saldos são acumulados durante o exercício até o mês de dezembro e sua quitação ocorre sempre em janeiro do exercício subsequente, quando da apuração do lucro real da SCP e de sua quitação pela CBMM junto à fazenda federal.

(ii) Com base em interpretação da Escritura Pública, foi acordado entre os sócios da SCP, através do 8º Termo de Acordo, que a Codemig deve participar dos custos financeiros de todas as operações de antecipação de receitas ou cambiais realizadas pela CBMM, em nome da SCP, na proporção de 25%. Contudo, considerando o efeito exclusivamente econômico do seu registro na competência, foi acordado que as variações cambiais somente serão descontadas ou incrementadas nos recebíveis mensais decorrentes da participação da Codemig na SCP na data da vinculação dos cambiais à entrega da mercadoria na moeda transacionada. Sendo assim, o Grupo, para refletir essa obrigação derivada da variação cambial, referente às antecipações de receita contratadas pela CBMM, passou a registrar o passivo derivado de sua participação dessas operações em seu balanço e realizá-lo apenas no momento da amortização da dívida pela CBMM, quando a variação cambial final da operação é deduzida ou incrementada na distribuição mensal de sua participação na SCP.

(iii) Em 31 de dezembro de 2021, do saldo apresentado, valor de R\$6.266 é referente ao acordo judicial, no qual a Codemig se compromete a arcar com a realização de obras de reforma e restauração da edificação do antigo prédio do Hotel Glória em Ponte Nova, Minas Gerais. O pagamento final ocorreu em 9 de maio de 2022 após aprovação do projeto executivo e do orçamento referencial das obras pelo Município de Ponte Nova. As obras serão realizadas pelo Município de Ponte Nova, que demonstrará à Codemig a execução do projeto e prestará contas da aplicação dos recursos.

### 17. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tributos retidos de terceiros	418	722	678	1.450
Tributos retidos sobre salários	1.540	1.061	1.540	1.061
PIS e COFINS	4.178	3.560	5.054	4.012
Imposto sobre mercadorias e serviços	65	222	81	223
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.104	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.134	4.496	15.134	4.496
	<b>21.335</b>	<b>10.061</b>	<b>25.591</b>	<b>11.242</b>
Circulante	6.201	5.565	10.457	6.746
Não circulante	15.134	4.496	15.134	4.496
	<b>21.335</b>	<b>10.061</b>	<b>25.591</b>	<b>11.242</b>

O imposto de renda e contribuição social diferidos advêm do reconhecimento de ganho patrimonial líquido dos instrumentos financeiros classificados pelo VJORA, conforme notas 4 e 13.1. A variação patrimonial positiva, portanto, não afeta nem o resultado contábil ou resultado fiscal e é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, gerando assim uma diferença temporária tributável, e por consequência um passivo fiscal diferido.

### 18. Salários e encargos sociais

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Férias e 13º salário	4.912	5.304
Participação nos lucros e resultados (PLR)	3.465	4.382
INSS	2.289	2.412
FGTS	802	756
Outros	185	61
	<b>11.653</b>	<b>12.915</b>

### 19. Adiantamentos e cauções recebidos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento de receitas SCP (i)	-	-	622.603	168.844
Adiantamento de clientes e cauções recebidas				



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

O Grupo está envolvido em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios com risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos envolvendo a Companhia no montante de R\$19.472 em 31 de dezembro de 2022 (R\$20.039 em 31 de dezembro de 2021) e envolvendo o Grupo em R\$19.591 em 31 de dezembro de 2022 (R\$20.148 em 31 de dezembro de 2021), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Exceto pela contingência cível provisionada pela Codemig, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemig, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis, restando somente aqueles processos que envolviam os ativos que se mantiveram na Codemig após a cisão.

**Ações relevantes relativas à cisão**

A constitucionalidade e economicidade da cisão da Codemig estão sendo questionadas judicialmente pela sociedade civil e pelo MPMG e administrativamente pelo MPC junto ao TCE-MG. O Estado de Minas Gerais também foi acionado em ambas esferas, judicial e administrativa, de forma que a condução dos casos é realizada pelo jurídico interno e em alinhamento com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE-MG"). Em outubro de 2022, a ação judicial sobre o tema foi sentenciada no sentido de inexistência de vícios na edição da Lei Estadual (que autorizou a abertura de capital da Codemig) que pudesse justificar a interferência do poder judiciário, restando determinada a prevalência de legitimidade dos atos administrativos praticados, cujo trânsito em julgado foi certificado em dezembro de 2022. A Administração do Grupo monitora de perto o andamento de tais processos.

**21. Patrimônio líquido**

**(a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Codemig é de R\$574.396 (R\$751.091 em 31 de dezembro de 2021), representado por 205.221 ações, sendo que o Governo de Minas Gerais detém 205.219 e a MGI detém 2 ações. A Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Codemig, realizada no dia 04 de novembro de 2022, por sua livre iniciativa e por considerar seu capital social excessivo, deliberou pela redução de capital social no montante de R\$ 176.695, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76. Como forma de reequilíbrio do valor do capital social, os acionistas aprovaram a redução do capital ao Estado de Minas Gerais no montante de R\$ 176.693 e à MGI Participações no montante de R\$ 2. Como forma de remuneração a título de devolução da participação do EMG no capital social da Companhia, a proposta aprovada determinou pela transferência de 5.891.944 de ações ordinárias do BDMG, pelo seu valor contábil na data de 30 de setembro de 2022, no valor unitário de R\$ 0,03 (três centavos), conforme autorizado pelo art. 22 da Lei 9.249/95. O acionista MGI recebeu sua participação na redução de capital em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 2.

**(b) Capital autorizado**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**(c) Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de capital é de R\$580.943 (R\$580.943 em 31 de dezembro de 2021) referente a ágio na emissão de ações em que parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social.

**(d) Reservas de lucro**

**(d.1) Reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal pode deixar de ser constituída se o saldo da mesma, acrescido da reserva de capital, exceder 30% do capital social, sendo assim, não houve constituição de reserva legal para os exercícios de 2022 e 2021. A reserva legal, conforme legislação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal da Companhia era de R\$62.996 (R\$62.996 em 31 de dezembro de 2021).

**(d.2) Retenção de lucros**

Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos mínimos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destina o saldo remanescente dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico do Grupo, contribuem para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. O valor será destinado em assembleia prevista para abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva de lucros da Companhia, desconsiderando a reserva legal, é de R\$569.277 (R\$204.448 em 31 de dezembro de 2021).

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A política de dividendos da Codemig determina a distribuição anual mínima de 25% dos lucros, após destinações legais e estatutárias. Nos exercícios de 2022 e 2021, pelo fato de os dividendos intercalares distribuídos terem excedido ao mínimo obrigatório, não há provisão adicional de dividendos a ser constituída em 31 de dezembro. Os saldos dos proventos distribuídos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	821.923	445.043	1.540.254	1.060.296
Reserva de lucros	632.273	267.444	632.273	267.444
Reservas de lucros distribuídas	199.883	149.820	199.883	150.007
Dividendos a deliberar	-	-	-	26.107
Dividendos intercalares distribuídos	217.211	272.160	901.413	851.506
Juros sobre capital próprio distribuídos	40.000	-	58.620	9.800
Total de proventos distribuídos	457.094	421.980	1.159.916	1.037.420

A Companhia realizou de janeiro a dezembro de 2022 a distribuição de JCP aos seus acionistas no valor total de R\$40.000 na controladora e R\$ 58.620 no consolidado, conforme deliberações da Diretoria, de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/1995 e art. 75 da IN 1.700/2017:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Patrimônio Líquido	1.836.069	1.612.431	2.147.285	1.908.138
Lucro Líquido do exercício	821.923	445.043	1.540.254	1.060.296
Limite da TJLP sobre o Patrimônio Líquido Ajustado	108.406	-	149.334	20.955
Saldo do limite de 50% dos lucros do exercício	430.960	-	1.028.949	579.553
Juros sobre o capital próprio	40.000	-	58.620	9.800

**(f) Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$48.457 em 31 de dezembro de 2022 (R\$12.953 em 31 de dezembro de 2021) demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto substancialmente pelas variações de outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas – nota 13.2 – e dos investimentos mensurados a VJORA – nota 13.1.

**22. Receita líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita – SCP (i)	-	-	1.360.489	1.562.920
Arrendamentos (ii)	61.954	23.690	61.958	23.694
Receita com vendas, serviços e locações (iii)	10.967	25.309	13.433	27.615
Receita bruta	72.921	48.999	1.435.880	1.614.229
Impostos	(6.853)	(4.758)	(7.082)	(4.972)
<b>Receita líquida</b>	66.068	44.241	1.428.798	1.609.257

(i) Apresentamos a seguir a abertura do resultado da SCP e dos tributos sobre o lucro apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Resultado da SCP</b>			2022	2021
Receita bruta de vendas			11.078.684	11.509.777
Devoluções e deduções de receita de vendas			(124.933)	(78.067)
<b>Receita líquida de vendas</b>			10.953.751	11.431.710
Custo de vendas			(2.109.989)	(1.644.185)
<b>Margem bruta nas vendas</b>			8.843.762	9.787.525
Despesas estruturais			(377.775)	(569.471)
Outras receitas operacionais			42.534	40.777
<b>Lucro operacional</b>			8.508.521	9.258.831
Resultado de cláusulas contratuais da SCP			(438.292)	(205.486)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - SCP</b>			8.070.229	9.053.345
<b>Participação de 25% da Companhia</b>			2.017.557	2.263.336
Variação cambial decorrente dos adiantamentos de exportações realizados pela CBMM			41.838	75.262
Imposto de renda e contribuição social corrente – SCP			(588.719)	(651.810)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações a pagar			(16.723)	(5.819)
Imposto de renda e contribuição social – antecipações mensais			(93.464)	(111.190)
Imposto de renda e contribuição social diferido			-	(6.859)
<b>Receita - SCP</b>			1.360.489	1.562.920

Considerando que o Grupo recebe os recursos oriundos do lucro antes do imposto de renda e contribuição social da SCP brutos e posteriormente repassa à CBMM os ajustes de apuração destes tributos, que correspondem à diferença entre apuração por estimativa e lucro real (vide notas 1 (c) e 16).

(ii) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes ao Grupo e dos Expominas, pela realização de eventos.

(iii) Valor em 31 de dezembro de 2022 refere-se principalmente a venda de distritos industriais, receitas do Centro Cultural Itamar Franco e holeria de parques. Em 31 de dezembro de 2021, refere-se principalmente a venda de distritos industriais.

**23. Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(55.280)	(52.489)	(59.095)	(56.578)
Encargos sociais	(11.779)	(11.404)	(11.779)	(11.404)
Despesas de uso e consumo	(2.691)	(3.144)	(4.254)	(5.011)
Serviços de apoio e limpeza	(13.634)	(15.909)	(13.940)	(18.028)
Serviços de consultoria e auditoria (i)	(13.950)	(3.143)	(14.961)	(3.847)
Serviços de engenharia e manutenção	(9.988)	(13.285)	(11.044)	(14.400)
Serviços de vigilância	(1.243)	(1.218)	(1.758)	(1.681)
Serviços de informática	(4.976)	(4.061)	(4.988)	(4.073)
Publicidade e patrocínio	(1.966)	(1.653)	(1.966)	(1.653)
Indenizações (ii)	(9.282)	(571)	(9.282)	(571)
Despesas tributárias	(3.343)	(2.585)	(4.699)	(3.867)
Depreciação e amortização	(10.387)	(9.552)	(16.013)	(15.570)
Reversão / (perda) por redução ao valor recuperável (iii)	31.549	(103.347)	34.857	(452.541)
Reversão/ (Provisão) para contingências (iv)	1.690	(8.434)	882	7.504
(Perda) / reversão perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(190)	(3)	67	(2.151)
Perdas ativo	-	(2.123)	-	(2.123)
Outras	(3.004)	(1.773)	(3.195)	(1.962)
	(108.474)	(234.694)	(121.168)	(587.956)

(i) Em 2022, foi gasto o montante de R\$7.063 com consultoria para revisão estratégica do modelo de atuação da Companhia.

(ii) Em 2022 a companhia desembolsou o valor total de R\$9.000 para a prefeitura municipal de São João Del Rei referente a indenizações em função do cumprimento do acordo celebrado nos autos da ação judicial do Expominas de São João Del Rei. (Vide nota 14)

(iii) As explicações para a variação estão especificadas por grupo de ativos conforme abaixo:

(a) *Terreno Bonsucesso*

Em 2022, foi registrada uma reversão de provisão de doação de dois terrenos no bairro Bonsucesso no valor de R\$5.982 em função da desautorização de doação deliberada pela Diretoria da Companhia e, posteriormente, uma reversão de provisão para perda de valor recuperável em função da venda de um desses terrenos no valor de R\$4.645.

(b) *Expominas São João Del Rei*

Em 2021, a Administração do grupo decidiu pela descontinuidade de investimentos no imóvel destinado a ser o Expominas de São João Del Rei, realizando assim provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$80.975, pela falta de expectativa de recuperação econômica do valor investido, uma vez que o imóvel seria devolvido ao município. Em dezembro de 2022 foi realizado um acordo judicial com aquela Prefeitura, em que a companhia terá a propriedade do imóvel a seu exclusivo critério de oportunidade e conveniência. Em função disso, foram revertidos R\$37.524, referente a parte da provisão para impairment registrada em 2021, conforme valor de avaliação do imóvel realizada no mesmo ano. (Vide nota 14)

(c) *MG Grafeno*

Ainda em 2021, foi registrado o valor de R\$19.819 referente a provisão para perda de valor recuperável do projeto MG Grafeno conforme valuation.

(d) *LabFab*

Em 2022, foi registrado o valor de R\$7.722 referente a provisão para perda de valor recuperável do empreendimento LabFabITR. Vide nota (Vide nota 14).

(iv) No 1º trimestre de 2021 foi constituída provisão para contingência no valor de R\$6.600 devido à ação civil pública movida pelo Município de Ponte Nova em face da Companhia para impor obrigações de fazer em obras emergenciais e posterior restauração do imóvel correspondente ao antigo prédio do Hotel Glória. A demanda judicial tem como referência o Termo de Cooperação e Contrato de Cessão de Uso de Imóvel firmados com a Companhia e encerrados em função da Política Estadual de Desestatização (nota 1 (e)).

Ainda em 2021, com o objetivo de melhorar suas expectativas e aprimorar suas estimativas, a Companhia obteve junto aos órgãos públicos uma base de cálculo do tributo mais fidedigna do que a que estava sendo utilizada no cálculo da estimativa (avaliação do valor de mercado do ativo), de modo que o valor da provisão de contingência tributária do ativo foi revertido em parte, no valor de R\$17.792.

Em dezembro de 2022, as provisões para contingências tributárias de imóveis sediados em Ribeirão das Neves foram revisadas de acordo com as estimativas de valor venal e períodos consideradas pelo ente municipal na cobrança dos tributos. Em função disso, foi realizado a reversão de R\$2.977, referente a contingências tributárias provisionadas.

**24. Gastos com desenvolvimento**

	Controladora		Consolidado		Valores desembolsados até Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	<b>Valor do convênio</b>	<b>Valor total repassado até 2022</b>				
Convênio 1380 - Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	11.875	9.273	-	-	-	-
Convênio 5449 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	10.000	-	2.000	-	2.000
Convênio 10349 - Prefeitura Municipal de Almenara	800	400	-	-	-	-
Convênio 10368 - Polícia Militar de Minas Gerais	2.688	1.937	31	74	98	235
Convênio 10953 - Convênio obra Pavão	11.000	7.353	5.000	2.353	5.000	2.353
Convênio 10954 - Convênio projetos Pontes	2.500	747	-	747	-	747
Convênio 10971 - Sistema BIM	1.830	1.109	-	604	-	604
Convênio 10972 - Trecho Januária MGC479	2.727	1.895	-	724	-	724
Convênio 11022 - SEINFRA Concessão TERGIP	2.317	870	-	-	-	-
Convênio 11065 - Sbrae-MG - Programa Sbraetec	10.000	6.000	-	-	-	-
	55.737	39.584	5.031	6.502	5.098	6.663

**25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Parcerias (i)	(9.285)	(7.905)	(9.285)	(7.905)
Recuperações de taxas e despesas (ii)	8.234	1.889	8.592	2.178
Perda de recebíveis (iii)	(12.746)	(257)	(13.409)	(257)
Baixa Imobilizado (iv)	(19.123)	1.035	(19.123)	1.035
Venda Investimento (v)	90.009	-	90.009	-
Dividendos (vi)	7.233	-	7.237	-
Perda em alienações (vii)	(7.368)	-	(7.368)	-
Outras	(268)	(1.365)	(273)	(1.365)
	56.686	(6.603)	56.380	(6.314)

(i) Em 2022 foram repassados R\$9.238, para custeio e manutenção do Invest Minas ("INDI"), conforme art. 2º da Lei 22.287/2016.

(ii) Em janeiro de 2022 foi implementada na Codemig a Coordenação de Contratos e Convênios, na qual foi centralizada a gestão dos contratos de convênios e instrumentos congêneres. A coordenação elaborou um plano de ação para a recuperação dos valores pendentes dos convênios celebrados. Caso os convenientes não executem a integralidade do recurso repassado pela Codemig, ou anteriormente pela Codemig, eles são obrigados a devolverem o recurso atualizado monetariamente. Até o momento, foi recuperada, em função dos trabalhos desenvolvidos pela coordenação, a importância de R\$7.702. Os valores recuperados nesse exercício são referentes a convênios do ano de 2014 a 2020 aos quais já realizaram as prestações de contas à companhia.

(iii) Em dezembro de 2022, em função à finalização da negociação do termo aditivo ao contrato de reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela Nutribom, foram provisionadas para Perda definitiva o montante de R\$12.746 referente às contas a receber do exercício 2022. O faturamento será retomado a partir de junho de 2023 com o reequilíbrio total do contrato.

(iv) Em setembro de 2022, em função do encerramento do convênio com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem (DER-MG), foi baixado o valor de R\$9.922 referente ao valor investido no ativo do Terminal Rodoviário. Para mais informações vide nota 2.5. Ainda em setembro de 2022, foi realizada a doação no valor de R\$13.000, ao Estado de Minas Gerais, da Fazenda Mato Grosso I em Ribeirão das Neves. Para mais informações vide nota 11.

(v) Em setembro de 2022 foi finalizada a venda das ações da Companhia Brasileira de Lítio (CBL) sendo reconhecido como receita de ganhos de alienação de investimentos o valor de R\$90.009 no resultado da Companhia.

(vi) Em abril de 2022 foi reconhecida receita com dividendos do BDMG no valor de R\$7.232. Por se tratar de instrumento financeiro, os dividendos a receber do BDMG são reconhecidos como receita, no resultado da Companhia.

(vii) Em novembro de 2022 ocorreu deliberação em assembleia pela redução do capital da companhia. Como forma de remuneração a título de devolução da participação do EMG no capital social da companhia, a proposta aprovada determinou a transferência das ações do BDMG. Em função disso, a companhia registrou no seu resultado o valor total de R\$7.368 como perdas na alienação de investimento. (Vide nota 13)

**26. Resultado financeiro**

O resultado financeiro incorrido pelo Grupo está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem como o benchmark o CDI e o IPCA, de modo que a flutuação de tais índices também influenciam diretamente nos montantes apropriados de receitas.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receitas</b>				
Juros recebidos de aplicações financeiras	47.896	12.871	177.815	52.416
Juros sobre capital próprio (i)	9	7.766	10	7.773
Variação monetária ativa	1.415	534	10.266	7.060
Outras	128	27	129	21
	49.448	21.198	188.220	67.270
<b>Despesas</b>				
Perdas aplicações e instrumentos financeiros	(8)	(609)	(41)	(1.033)</



Sociedade Anônima de Capital Público  
CNPJ/MF 29.768.219/0001-17  
Belo Horizonte - MG

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	829.984	449.204	1.566.637	1.064.457
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	(8.061)	(4.161)	(8.061)	(4.161)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(279.454)	(151.315)	(529.916)	(360.501)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	-	462.566	531.393
Resultado com participações societárias	263.658	216.420	9.118	(528)
Exclusões/(adições) permanentes e temporárias, líquidas	22.858	(38.238)	39.109	(143.238)
Ativo diferido não registrado (i)	(7.062)	(26.867)	(7.062)	(27.126)
Utilização de prejuízos fiscais	-	-	7.863	-
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas</b>	-	-	(18.322)	-
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,00%</i>	<i>0,00%</i>	<i>-1,17%</i>	<i>0,00%</i>

(i) A Administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos por não verificar uma perspectiva de lucro fiscal nos exercícios seguintes. A Companhia possui um saldo de R\$585.410 de prejuízo fiscal e base negativa (R\$564.062 em 31 de dezembro de 2021) e o Grupo possui um saldo de R\$1.195.529 de prejuízo fiscal e R\$1.201.996 de base negativa (R\$1.197.306 de prejuízo fiscal e R\$1.203.774 de base negativa em 31 de dezembro de 2021). Caso a Companhia tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% de 30% dos lucros projetados (limite de utilização de prejuízos fiscais, conforme regra do benefício fiscal vigente).

## 28. Lucro por ação Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

	2022	2021
<b>Operações continuadas</b>		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	829.984	449.204
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	205.221	205.221
Lucro básico e diluído por ação (reais)	4.044,33	2.188,88
<b>Operações descontinuadas</b>		
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(8.061)	(4.161)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	205.221	205.221
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	(39,28)	(20,28)

## 29. Outros Assuntos

Em agosto de 2022, a Companhia contratou a FTI Consulting para realizar serviços de auditoria com a finalidade de verificar a regularidade e conformidade da aplicação e gestão de recursos em projetos, fundos de investimentos e aquisições de participações societárias realizados nos últimos anos.

O trabalho consistiu na realização de entrevistas, revisão de documentos e entendimento das transações auditadas, concluindo em um relatório apresentado em março de 2023. Resta ainda a existência de formalidades relacionadas à aceitação do produto final, mas destaca-se que não foram identificadas irregularidades que pudessem afetar o patrimônio ou o resultado do exercício do Grupo.

## 30. Eventos subsequentes

### (a) Alienação Helibrás

Em janeiro de 2023, a Codemge e a Airbus Helicopters formalizaram a compra das ações da Helicópteros do Brasil S/A – Helibrás (15,51%) detidas pela Codemge. A participação da Codemge foi adquirida por R\$ 95 milhões, valor este que é superior ao valor contábil do investimento. A transferência das ações foi efetivada em fevereiro de 2023. O procedimento foi autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”), conforme julgamento de agravo emitido em dezembro de 2022. Tal documento permite a alienação de alguns ativos da carteira da Companhia, dentre eles, a participação direta na Helibrás.

### (b) Alienação IAS

Em fevereiro de 2023, a Codemge e o acionista controlador da Indústria de Aviação e Serviços S.A. (“IAS”) formalizaram a compra das ações da empresa (15%) detidas pela Codemge, por meio cláusula contratual de opção de compra pelo sócio majoritário. Além das ações, também foi vendido um equipamento para fabricação de ferramentas (máquina ROMI D1250). A participação da Codemge foi adquirida por R\$ 10,7 milhões, valor este que é superior ao valor contábil do investimento. O procedimento foi autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”), conforme julgamento de agravo emitido em dezembro de 2022. Tal documento permite a alienação de alguns ativos da carteira da Companhia, dentre eles, a participação direta na IAS.

### (c) Juros sobre o capital próprio

Em fevereiro de 2023, foram deliberados juros sobre capital próprio com base nos resultados de fevereiro de 2023, no montante acumulado de R\$20.000. O Estado de Minas Gerais, detentor de 205.219 ações ordinárias, teve direito à R\$19.999, enquanto a Minas Gerais Participações (“MGI”), detentora de duas ações ordinárias, teve direito a R\$1. Os proventos foram totalmente pagos em abril de 2023.

**Diretoria**  
Thiago Coelho Toscano (presidente)  
Bruno Estéfano Teixeira  
Eduardo Zimmer Sampaio  
Mateus Ayer Quintela  
Sérgio Lopes Cabral

**Responsável Técnico**  
Henrique Martins Lourenço  
CRC MG 115905/O-6

### Conselho de Administração

Paulo Antônio Spencer Uebel (presidente)  
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho  
Edsony Max Alves  
Helger Marra Lopes  
Milton Nassau Ribeiro

Marcus Leonardo Silberman  
Reynaldo Passanezi Filho  
Wagner de Freitas Oliveira  
Flávio Scholbi Uflacker de Oliveira  
(membro empregado)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE (a “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE e da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1(c) e 13.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com sua parte relacionada, CODEMIG, em virtude dos valores de dividendos e juros sobre capital próprio repassados por sua controlada que totalizaram R\$ 731.512 mil (R\$ 640.561 mil em 2021). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva  
Contador  
CRC 1SP218254/O-1



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.  
A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 22/04/2023



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Balanco-Codemge-22-04-2023.pdf>

